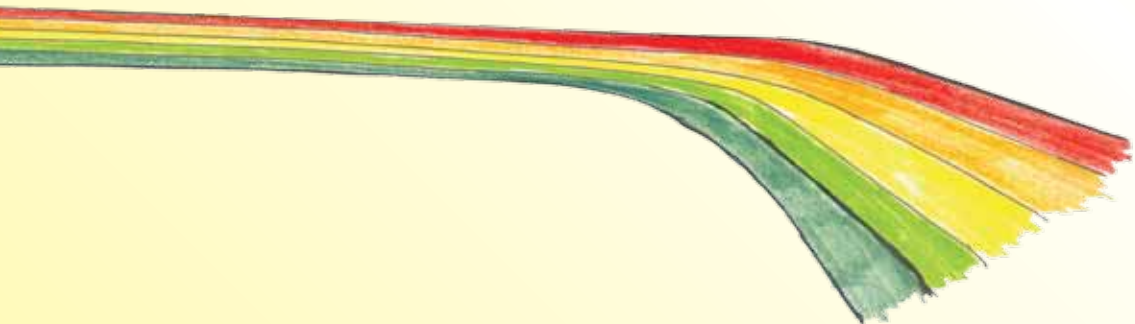


Igualdade de género no desporto.
Educação e políticas públicas



Igualdade de género no desporto.
Educação e políticas públicas



Ficha Técnica

Igualdade de género no desporto. Educação e políticas públicas
3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto
Edição: Paula Botelho Gomes, Paula Silva & Isabel Cruz.
Design gráfico: Formiga Amarela. Oficina de Textos e Ideias, Lda.

© Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, 2009.
Rua Angra do Heroísmo, 16 / 2790-306 Queijas / Portugal
www.mulheresdesporto.org.pt/ apmdesporto@netcabo.pt

Tiragem: 500 exemplares
Impressão e acabamento: Regiset
Data de impressão: Março, 2009
Depósito legal: xxxxxxxxx
ISBN: 978-972-98686-3-4

O conteúdo deste livro pode ser reproduzido, em parte ou no seu todo, se for mencionada a fonte.



Índice

Introdução	7
Posição Pública Igualdade no Desporto	13
Conferências	17
Acciones para promover la igualdad de género en la Educación Física y el Deporte. Emília Fernandez Garcia. Facultad de Educación, Universidad Complutense de Madrid.	19
Mulheres e desporto: tendências da produção acadêmica no Brasil. Silvana Vilodre Goellner. Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	27
O Deporte Galego Crecendo en Igualdade. Políticas Públicas de Igualdade de Xénero no Goberno Galego. Marta Souto González. Directora Xeral para o Deporte, Xunta da Galicia, Espanha	39
Comunicações	65
Desporto e Género na formação inicial para a docência na Educação Física. Paula Queirós; Paula Botelho-Gomes; Paula Silva.	67
Raparigas – as mais (in)satisfeitas com a disciplina de Educação Física? Isabel Condessa.	73
Género e a Avaliação em Educação Física - a percepção de discentes. Ana Gomes; Paula Silva. Faculdade de Desporto, U.P.	79
Programas de Actividade Física na Terceira Idade. Aplicação de um modelo de gestão da qualidade – focalização no cliente. Ana Isabel Marques, Faculdade de Desporto U.P.; Pedro Soares, E/S José Estêvão; Joana Carvalho, Faculdade de Desporto, U.P.	83
Treinadoras: Conhecer a situação e reflectir sobre a realidade. Cristina Matos Almeida, Socióloga.	91
A tentação dos enunciados. O desporto nos Planos Nacionais para a Igualdade. Isabel Cruz, APMD/ CEMRI	99
Asociación de Mulleres Deportistas Galegas (MUDEGA). Pilar Neira Martínez	113



Introdução







Introdução

O 3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto realizou-se em Lisboa, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2008. Participaram 96 pessoas, de vários pontos do país e de diferentes áreas, tais como docentes de Educação Física, responsáveis pela formação de docentes, dirigentes do movimento associativo desportivo, responsáveis técnicas/os da administração pública desportiva central, local e das federações desportivas, atletas e estudantes.

No final dos trabalhos as/os participantes aprovaram uma posição pública sobre a igualdade no desporto que aqui se transcreve.

Na linha das anteriores realizações, este 3º Congresso foi programado para dar resposta a uma dupla finalidade: promover o debate sobre a participação das raparigas e mulheres no desporto e divulgar as linhas e resultados de investigação nesta área, a nível nacional e internacional.

A 3ª edição do Congresso Internacional elegeu como principais temáticas (1) a Igualdade de Género na Educação Física e no Desporto Escolar e (2) as Políticas Públicas de Igualdade de Género no Desporto, justamente os temas centrais que nortearam o debate dos dois painéis.

- A centralidade na Igualdade de Género na Educação Física e no Desporto Escolar é justificada pela nossa realidade educativa e desportiva: para a maioria das raparigas a escola constitui a única oportunidade de prática desportiva organizada e também a única oportunidade de usufruir dos seus benefícios. Participaram no 1º painel, moderado por Paula Queirós, Jesuína Ribeiro da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Zélia Matos da Sociedade Portuguesa de Educação Física e Alfredina Silva professora da Escola EB 2/3 de Valongo. O debate subsequente proporcionou uma ocasião para identificar os constrangimentos, as possibilidades e sobretudo as medidas necessárias para ultrapassar os obstáculos à plena participação das raparigas nas actividades desportivas em contexto escolar.

- O 2º painel que focou o tema das Políticas Públicas de Igualdade de Género no Desporto foi moderado por Odete Graça e teve a participação de Eduardo Fanha Vieira do Instituto do Desporto de Portugal, Manuel Marques da Silva do Comité Olímpico de Portugal e de Paula Cardoso da Confederação do Desporto de Portugal.

A desvalorização do envolvimento desportivo das raparigas em meio escolar, a distribuição muito desequilibrada de recursos financeiros, materiais e humanos, o acesso limitado às instalações desportivas, a invisibilidade mediática ou as desigualdades nos prémios monetários continuam a perpetuar a situação de desigualdade e discriminação que caracteriza a participação das mulheres no desporto. O debate identificou algumas das acções necessárias para a promoção da parti-

cipação desportiva de raparigas e mulheres a todos os níveis, funções e esfera de competência.

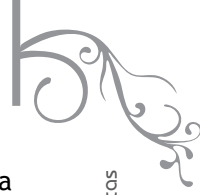
No sentido de divulgar as linhas e resultados de investigação foram proferidas três conferências e apresentadas sete comunicações, precisamente o conjunto de trabalhos que aqui se divulga e apresenta. Emília Garcia (Espanha) centrou a sua intervenção na problemática detectada nas jovens adolescentes na actividade física, educação física e desporto. As acções para promover a igualdade de género na Educação Física e desporto têm início com um estudo diagnóstico onde se identificam as desigualdades e se definem os propósitos para as ultrapassar. São definidos também os âmbitos de intervenção e as estratégias necessárias para incorporar medidas orientadas para a igualdade e incremento da participação das raparigas.

Silvana Goellner (Brasil) expôs as tendências da produção académica no Brasil na área mulheres e desporto. Num primeiro momento, desde inícios do século XX, sob uma perspectiva biomédica. Depois, a partir dos anos 70, no campo das ciências sociais e humanas, nos anos 80 influenciados pela produção dos estudos sobre a História das Mulheres e de Género e nos finais dos anos 90 sob a influência do feminismo pósestrururalista. Actualmente, embora grande parte da pesquisa esteja mais ligada ao campo da Educação Física, surge uma produção crescente de análises mais aprofundadas sobre as relações de poder no desporto, também articuladas com outras categorias sociais como a classe social, sexualidade, raça/etnia e geração.

Marta Souto (Espanha/Galiza) descreveu o excelente trabalho desenvolvido pelo governo galego, através da Direcção Geral de Cultura e Desporto, na implementação de políticas públicas de igualdade de género no desporto. Identificando à partida os obstáculos sociais, a invisibilidade do desporto feminino e as taxas de participação das mulheres em cada desporto, foi possível estabelecer algumas medidas políticas para o desenvolvimento do desporto feminino. A partir do aumento global das ajudas financeiras, reservando 25% do orçamento anual, foi possível aumentar os apoios financeiros aos clubes femininos, criar programas especiais dirigidos a federações desportivas e de promoção das desportistas nos media, implementar acções transversais com sectores da educação, mulheres e cultura, e desenvolver eixos de intervenção sobre a igualdade nos prémios e na representação nos postos de decisão.

Do programa do 3º Congresso fez ainda parte uma sessão de apresentação de posteres abordando temas diversos.

Paula Queirós apresentou os resultados de um trabalho sobre as opiniões acerca das questões de género emitidas por estudantes do 1º ano da Licenciatura em Desporto e Educação Física (UP) e que reflectem as convicções socialmente aceites e discriminatórias sobre a adequação de determinados desportos ao masculino ou feminino.



Isabel Condessa enunciou a problemática do desenho curricular da disciplina de Educação Física, através das opiniões de alunos/as de Escolas Secundárias da Região Autónoma dos Açores que reforçam a insatisfação das raparigas pela disciplina, principalmente quando indicam desempenhos mais fracos em algumas actividades atléticas.

Ana Gomes enunciou os problemas sobre a percepção das/os discentes face ao processo de avaliação da disciplina de Educação Física, relacionando as diferenças de classificação entre alunos e alunas com os preconceitos de género de docentes, perpetuando assim os valores sexistas e as desigualdades em contexto escolar.

Ana Isabel Marques apresentou os benefícios sobre a análise da qualidade, sob o modelo da European Foundation Quality Management, em projectos de promoção da qualidade de vida dirigidos a mulheres da terceira idade e desenvolvidos pelos serviços públicos da administração pública.

Cristina Matos Almeida expôs os objectivos de um estudo diagnóstico de forma a caracterizar a situação das treinadoras em Portugal que está incluído num projecto da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto. A metodologia a adoptar - quantitativa, por questionário on-line e qualitativa entrevista focalizada de grupo - irá fomentar um conhecimento das atitudes e percepções das treinadoras bem como uma consciencialização da sua situação.

Isabel Cruz organizou uma breve abordagem crítica sobre os enunciados de política para a igualdade entre mulheres e homens no desporto, expressos quer nos programas dos governos constitucionais, quer nos 3 Planos Nacionais para a Igualdade, concluindo que embora consensuais não produziram qualquer efeito concreto nem atingiram nenhuma das metas definidas.

Pilar Meira apresentou as razões, objectivos e acções da associação a que preside, a Associação de Mulheres Desportistas Galegas.

Esta edição reúne os textos apresentados no 3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto têm como objectivo principal alargar o conhecimento sobre as temáticas associadas à área mulheres e desporto. Esperamos que seja útil e que possa contribuir para uma mudança que urge realizar.

A Direcção da APMD





Posição Pública







Posição Pública

Igualdade no Desporto

As/os participantes do 3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto realizado em Lisboa, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2008, tomam a seguinte posição pública:

À semelhança dos congressos anteriores, organizados pela Associação Portuguesa Mulher e Desporto, gostaríamos de encerrar este 3º Congresso com uma posição pública que seja o reflexo dos trabalhos aqui desenvolvidos.

Relembramos a Declaração de Lisboa, em 1999 e a Declaração do Porto, em 2003. Ambas enumeram os pontos críticos que foram considerados essenciais para transformar uma realidade que consideramos injustificável.

A Associação Portuguesa Mulher e Desporto tem vindo a desenvolver um trabalho continuado, de intervenção e de estudo, contributos que consideramos muito pertinentes.

Passou uma década. Apesar dos diagnósticos e propostas que temos vindo a apresentar às entidades governamentais, durante estes anos não foi implementada qualquer medida concreta e credível. Por isso a centralidade que neste congresso atribuímos à Políticas Públicas.

Queremos expressar mais uma vez o nosso compromisso com a Igualdade no desporto - podem contar com a nossa intervenção.

Esperamos que o poder político assuma, urgentemente, o seu papel e as suas responsabilidades na implementação de medidas concretas e creíveis.

Apelamos às mulheres que se empenhem e que sejam responsáveis pela conquista da igualdade no desporto.

Lisboa, 23 de Novembro de 2008





Conferências







Conferências

Acciones para promover la igualdad de género en la Educación Física y el Deporte.

Emília Fernandez Garcia.
Facultad de Educación, Universidad Complutense de Madrid.

Resumo

La inquietud por atender la problemática detectada de las chicas adolescentes en la actividad física, la educación física y el deporte, ha propiciado en los últimos años la atención e incorporación de acciones y medidas orientadas a la igualdad de oportunidades de las chicas y el incremento de su participación en la actividad físico-deportiva.

Entre estas acciones, debe destacarse la innovación que supone el desarrollo de programas de promoción de actividad física y deporte que tienen como punto de mira particular a las chicas, y que se han diseñado y desarrollado en un intento de dar respuesta a sus intereses y necesidades concretas. Las aproximaciones que siguen estas acciones actualmente tienen, cada vez más, a fundamentarse dentro de una perspectiva en la que puedan integrarse distintos niveles de influencia. Sus rasgos generales, las tendencias y las estrategias principales que se desarrollan en este tipo de intervenciones han sido identificadas en distintas revisiones, proporcionando pautas concretas de intervención.

Nota Biográfica

Licenciada en Educación Física y Doctora en Ciencias de la Educación. Es profesora de la Univ. Complutense de Madrid, en la Facultad de Educación. Ha sido directora del Dpto. de Expresión Musical y Corporal. Dirige el Grupo de Investigación UCM de “Estudios de Género en la Actividad Física y el Deporte” y es miembro de diferentes grupos y núcleos de investigación como el Seminario “Mujer y Deporte” del INEF de Madrid, el Instituto de Investigaciones Feministas de la UCM y el Seminario Interdisciplinar de Género y Educación de la UCM.

Intervenção em PowerPoint



Acciones para promover la Igualdad de Género en la Educación Física y el Deporte

Emilia Fernández García
Grupo Investigación U.C.M. "Estudios de género en la actividad física y el deporte"

Desigualdades y estereotipos de género en la Educación Física escolar



Emilia Fernández

Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Indicadores de diagnóstico

Infancia

Adolescencia



Emilia Fernández

- . Asociación negativa del género y del ciclo educativo con las variables de estudio.
- . Confirmación de la vigencia de estereotipos y desigualdades de género.
- . Evolución positiva para las chicas de ciertas desigualdades
- . Influencia de la CCAA.

Grupo Investigación:

"Estudios de género en la actividad física y el deporte"

Variables de estudio



Emilia Fernández

Práctica de AF y recomendaciones

Aceptabilidad social de las prácticas físicas

Desigualdades de género

Interés, valoración y actitud hacia la EF y el profesorado de EF

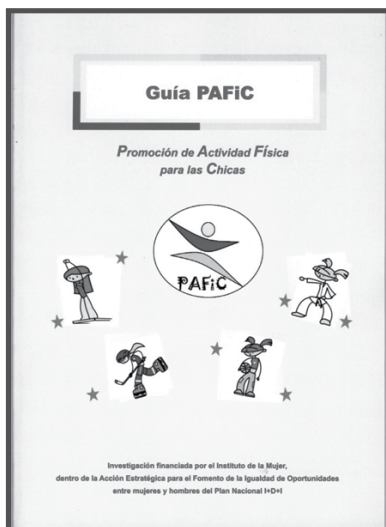
Competencia motriz

Apoyo social percibido

Tendencias internacionales de intervención para la igualdad de género de las chicas en la EF y D

Grupo Investigación:

"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Emilia Fernández

Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Propósitos



Emilia Fernández

. Impulsar la participación de las chicas en la E. Física y la práctica de AFD.

. Promover la igualdad de oportunidades en la práctica de AFD de las chicas y los chicos, rompiendo con los estereotipos de género.

. Promover la transmisión de valores y actitudes de equidad en la E. Física y la AFD.

Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Ámbitos de actuación



Emilia Fernández,

Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Espacios de trabajo



- . Actitudes de las chicas hacia la EF y la AFD.
- . Nivel de AFD desarrollado por las chicas.
- . Competencia y habilidad motriz de las chicas.
- . Estereotipos de AFD en las chicas y los chicos.
- . Oportunidades de práctica de AFD relacionada con sus intereses.
- . Apoyo familiar y escolar a la práctica de las chicas.
- . Recursos de la comunidad para la práctica femenina.

Emilia Fernández,

Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"



Criterios Didácticos de la Guía

- . Factible de llevar a la práctica.
- . Integral y comprensiva.
- . Flexible y versátil.
- . Enfoque integrador de género.
- . Escaso coste.
- . Evaluable.
- . Interactiva y posibilitadora de cambios.



Emília Fernández

*Grupo Investigación:
"Estudios de género en la actividad física y el deporte"*



**Gracias por vuestra amable
atención!**





Mulheres e desporto: tendências da produção acadêmica no Brasil.

Silvana Vilodre Goellner.

Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo

No Brasil, mesmo que incipiente, a temática da mulher no desporto tem sido observada a partir da ótica das ciências sociais e humanas desde a década de 80 do século XX. No entanto, é a partir dos anos 90 que a produção acadêmica vai se tornar mais relevante cujos estudos, grosso modo, são produzidos por autoras/es vinculados à educação física que fizeram sua formação em pós-graduação em campos como a educação, história e ciências sociais. Esta produção tem privilegiado questões afetas a inserção e permanência das mulheres no desporto evidenciando, sobretudo, que sua participação nesse campo resulta de uma conquista e não de uma concessão. Nesta conferência faço uma análise dessa produção indicando tanto o caminho já percorrido como as tendências teórico-metodológicas em construção.

Nota Biográfica

Licenciada em Educação Física. Mestre em Ciências do Movimento Humano e Doutora em Educação. Professora da graduação e pós-graduação da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Memória do Esporte (ESEF-UFRGS) e GRECCO (Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo). Pesquisadora Produtividade Pesquisa CNPq.

Intervenção

A produção acadêmica, no Brasil, sobre a temática da mulher no esporte pode se analisada a partir de duas vertentes: uma centrada no aporte teórico-metodológico das ciências biomédicas e outro no campo das ciências sociais e humanas cujo impulso maior se deu com a ampliação, no Brasil, dos estudos de gênero.

Antes de analisar com maior vagar essas duas vertentes, em especial aquela vinculada aos estudos de gênero, é necessário registrar de forma bastante sucinta o desenvolvimento do campo esportivo no Brasil e a inserção das mulheres no âmbito dessa prática cultural dado que a produção acadêmica sobre o tema caminha, passo a passo, com essa trajetória.

A inserção das mulheres no universo cultural do esporte

A inserção das mulheres brasileiras no universo das práticas corporais e esportivas data de meados do século XIX, no entanto, foi apenas a partir das primeiras décadas do século XX que essa participação se ampliou e consolidou. Ainda que neste tempo o esporte fosse considerado como uma atividade de caráter aristocrático, familiar e saudável era praticado, predominantemente, por homens cabendo as mulheres uma participação mais branda voltada para à assistência aos certames e às exposições.

Com independência do Brasil, a chegada de imigrantes europeus e a propagação dos ideais higienistas, esse contexto, gradativamente, começou a se alterar, em especial, para as mulheres da elite visto que tinham maior acesso aos bens culturais, à escolarização e às novidades advindas do continente europeu, dentre as quais, a prática da ginástica e de algumas modalidades esportivas. É, portanto, no final do século XIX que esportes como o turfe, o remo, a natação, a esgrima, o tênis, o arco e flecha e o ciclismo registram o surgimento de mulheres praticantes.

É necessário lembrar, ainda, que neste período, as atividades corporais e esportivas, praticamente inexistiam nas instituições de ensino. Elas passaram a se popularizar a partir dos anos 20 e 30 do século XX através da atuação dos higienistas que, sabedores da importância da educação do corpo, se encarregaram de divulgá-la ao conjunto da população. Suas recomendações surtiam efeitos visto que exerciam grande influência na intimidade das famílias onde, em nome da educação física, moral, sexual, e social, ditavam normas de comportamento, orientando a conduta de mulheres e homens sobre o asseio, os banhos, as vestimentas, os hábitos alimentares e a realização de exercício físico.

Para melhor compreender essa idéia é necessário lembrar que nos primeiros anos do século XX a população brasileira era composta,



majoritariamente, por negros escravos ou descendentes. Essa composição étnica se tornou alvo de diferentes intervenções em nível nacional cujos objetivos estavam direcionados para o refinamento da raça visto que os negros eram considerados como seres inferiores.

Baseados na teorização darwinista de que a atividade física atuava no robustecimento orgânico e, portanto, no aprimoramento da espécie, buscava-se uma educação corporal e esportiva que, pautada por um estatuto científico e ao mesmo tempo moral, estivesse articulada à medicina e às normas jurídicas fortalecendo a raça branca - ideal imaginário de um povo ameaçado pela mestiçagem.

Diante desse contexto muitos médicos, intelectuais, militares, dirigentes políticos, professores, instrutores de atividades físicas se integraram a esse projeto e, através da especificidade de sua intervenção no plano social e educacional, não pouparam esforços para consolidá-lo. Das várias ações desenvolvidas em prol deste fortalecimento, destaca-se uma delas: o fortalecimento do corpo feminino, pois acreditava-se que a regeneração físico-moral de uma população só se completaria se o aprimoramento físico também se estendesse à mulher, identificada então como “a célula-mater da nação”.

Argumento este celebrado no primeiro livro escrito por um autor brasileiro sobre educação física e esporte para mulheres, publicado no ano de 1930 e escrito por um tenente do exército brasileiro. Nele, Orlando Rangel Sobrinho diz:

Nunca será demasiado encarar a importância do esporte para a mulher. Quanto mais nos aprofundarmos nos estudos tendentes a efetivar a eugenia da raça, nas pesquisas destinadas a solucionar os problemas relativos à saúde humana, a dar ao homem e à mulher o máximo de sua eficiência física para a vida, mais nos 3 compenetrarmos da importância capital da Educação Física feminina. É mister que nos convençamos da verdade irrefutável desse dogma - a mulher precisa de esporte! Precisamos identificar a mulher com a prática racional dos exercícios físicos, educá-la para uma compreensão elevada dessa forma salutar de atividade que, tanto contribui para a conservação de sua saúde e de sua beleza, para a manutenção de sua mocidade e de sua eficiência (RANGEL SOBRINHO, 1930, p. 21).

Este excerto, de certa forma, revela um desejo produzido e expresso pelo imaginário social de um país que identificava na mulher um elemento importante para a sua modernização. Essa “nova mulher” ao mesmo tempo que mostrava-se como uma figura inovadora era, também, observada como alguém que desestabilizava a representação da mulher romântica voltada para a família, o recato e a honra.

Ainda que o discurso da maternidade sadia e do aprimoramento da

raça fosse marcadamente produzido e reproduzido não foi apenas em seu favor que o esporte era sugerido para as mulheres: ele sinalizava novos tempos diante dos quais o arcaico confinamento das mulheres no interior do espaço privado simbolizava falta de cultura e de civilização.

No entanto, não foram apenas incentivos o que se direcionou para a mulheres nestes tempos. As controvérsias existentes em torno da livre presença das mulheres nas diversas práticas que o esporte envolvia culminou com a elaboração de uma legislação que limitou sua participação em algumas modalidades considerados como “violentas para a natureza”. Em 1941, o Conselho Nacional de Desportos instituiu um Decreto-Lei que oficializava a interdição às mulheres de várias modalidades esportivas tais como o futebol, rugby, pólo, waterpolo, as corridas de fundo e as lutas observadas, aqui, como violentas e não adaptáveis ao sexo feminino.

Esse Decreto se manteve vigente por três décadas e trouxe sérias conseqüências ao desenvolvimento do esporte feminino no Brasil. Nos anos 40 e 50 amputou a crescente ampliação da participação das mulheres nos espaços onde se praticavam atividades esportivas fazendo arrefecer, inclusive nos anos 60 e 70, várias iniciativas de incentivo e apoio às atletas visto que clubes e instituições deixaram de investir nas modalidades femininas e muitas mulheres perderam, inclusive, o direito de competir. Uma importante ressalva merece ser feita: a existência oficial de tais restrições não significa dizer que todas as mulheres deixaram de praticar as modalidades contraindicadas para seu sexo. Elas não o fizeram “oficialmente”. As práticas esportivas, desde o início do século XX, seduziam e desafiavam muitas mulheres que indiferentes às convenções morais e sociais aderiram a sua prática independente do discurso da interdição que persistiu, oficialmente, até meados dos anos 70.

Para além da revogação deste, outro elemento a influenciar a da participação das mulheres no esporte a partir dos anos 70, pode ser identificado no grande investimento que o Estado brasileiro inferiu sobre essa prática cultural. Ao adotar o esporte como uma forma de propagação e legitimação de suas ações, especialmente durante a Ditadura Militar, novas expressões emergiram com facilitada rapidez. Considerado como uma “razão de Estado”, a dimensão do esporte-espetáculo foi gradativamente se consolidando e, com ela, novas imagens femininas começam a ser valorizadas ganhando relevância a imagem da mulher atleta.

Como uma das conseqüências decorrentes deste propósito é possível situar o acréscimo da participação de mulheres em modalidades nas quais tinham pouca expressão como, por exemplo, no handebol, voleibol, basquetebol, futebol, natação, atletismo, lutas, entre outras. Colabora, ainda para a expansão dessa participação as conquistas advindas do movimento feminista brasileiro que, desde os anos 60, advogava em prol de maior liberdade civil e política para as mulheres,



inclusive no que respeita aos usos de seu corpo e de sua sexualidade. O final do anos 80 foi marcado pelo processo de abertura política, pela democratização, pelo forte atuação dos movimentos sociais desenhando um cenário promissor para muitas das conquistas das mulheres no plano político, social, econômico, cultural e moral. No âmbito do esporte muitos avanços se fizeram sentir, seja na ampliação do número participantes, seja na diversificação dessa participação. Além de atuarem como praticantes, atletas e espectadoras de diferentes modalidades esportivas, muitas mulheres se fizeram presentes em espaços outrora pouco reconhecidos como pertinentes o seu protagonismo, como, por exemplo, na gestão e administração esportiva, na arbitragem, na formação de opinião e na atuação como técnicas e treinadoras de equipes de competição.

Nas últimas décadas do século XX agregaram-se novos valores às práticas corporais e ao esporte. Entrou em operação o *body bussiness*, caracterizado por um conjunto de intervenções que, sob o discurso da saúde e da qualidade de vida, recriou representações de saúde e estética tendo como base imagens minuciosamente construídas para tornarem-se referentes e, assim, capturar os sujeitos à adesão de várias de suas práticas. O esporte passou a ser narrado como condutor de um estilo saudável e ativo de ser; estilo esse adquirido mediante o consumo de produtos e serviços especializados. Razão pela qual, a partir dos anos 80 despontam vários espaços de culto ao corpo bem como uma série de discursos que, de forma variada e plural, advogam em prol de sua potencialização. Surge o que denomino de “*cultura fitness*” na qual o esporte figura com bastante intensidade sendo amplamente incentivado para as mulheres, cujos efeitos benéficos, além de aprimorar sua saúde, melhora a sua aparência. Esse movimento, ao mesmo tempo em que inclui as mulheres em uma gama bastante diversificada de atividades corporais e esportivas (academias, corridas de rua, caminhadas, esportes radicais, esportes de natureza) faz dos seus corpos um objeto de espetacularização e mercadorização.

A produção acadêmica:

Considerando esse cenário, destaco algumas tendências na produção acadêmica brasileira sobre mulheres e esporte.

A primeira delas e sobre a qual poucas análises vou desenvolver ancora-se na perspectiva biomédica cujas primeiras sistematizações aparecem nos décadas iniciais do século XX, fundamentalmente, nas faculdades de medicina. Isso se dá em virtude da propagação, no Brasil, do ideário higienista e eugênico cuja propagação se dá a partir dos anos 20 e com forte incidências nos anos 30.

Dois autores destacam-se nesse momento: o pedagogo Fernando de Azevedo, primeiro autor brasileiro a escrever um livro sobre Educação Física e Renato Kehl, importante médico e fundador da Sociedade Eugênia de São Paulo (...).

Fernando de Azevedo publica, em 1916, *Da Educação Física*, onde apresenta um capítulo intitulado “Educação Physica feminina: aspecto social do problema. Eugenia e plástica”. Ao identificar a mulher como a célula-mater da nação advoga em favor da preparação das moças para bem cumprir seu papel “bio-educativo”: a maternidade. “O que é, pois, preciso, é ver na menina, que desabrocha, a mãe de amanhã: formar physicamente a mulher de hoje é reformar a geração futura” (AZEVEDO, 1920a, p.100).

Renato Kehl agrega à maternidade prescrições voltadas para o embelezamento. Na suas obras *Cura da fealdade*, (1923), *Formulário da Beleza* (1927) “*Como escolher um bom marido*” (1925) e “*Como escolher uma boa esposa*” (1925) - revela, dentre outras coisas, como identificar eugenicamente, bons homens e boas mulheres para o casamento. Enquanto as mulheres devem se interessar por homens de boa índole, de boa família e princípios morais, os homens devem se interessar por mulheres, gentis, femininas e, sobretudo, belas.

Na esteira dessas produções aparecerão várias outras legitimando o esporte como elemento importante para o fortalecimento orgânico das mulheres. Fundamentadas na idéia da fragilidade física, esta produção contribui, de certo modo, para a inserção das mulheres no âmbito do esporte. Vale lembrar que, muito raramente, as obras mencionavam as modalidades esportivas. Sob o nome de Educação Física, os livros e revistas produzidos até meados de 1970 traziam recomendações sobre o esporte para mulheres mas não especificamente sobre ele.

Será a partir dos anos 70 que temas específicos sobre “Mulher e esporte” aparecerão na produção acadêmica brasileira tendo como eixo, como já mencionei, duas vertentes: estudos vinculados à áreas biomédicas, em especial, a partir da medicina do esporte e do treinamento esportivo e estudos vinculados ao campo das ciências sociais e humanas. Sobre essa vou debruçar minha análise.

Primeiramente vale registrar que para o campo das ciências humanas e sociais, o tema do esporte não se traduziu em algo significativo de ser estudado até bem pouco tempo. Nos marcos teóricos de áreas como antropologia, sociologia, história, filosofia este tema passou, e ainda passa ao largo da produção acadêmica brasileira, inclusive na pedagogia.

Grande parte das publicações existentes são oriundas de autores e autoras vinculados a área acadêmico-profissional da educação física cujos trabalhos, em especial, a partir dos anos 80 do século XX, dialogam com aportes teórico-metodológicos próprios das ciências sociais e humanas.

Não há dúvidas de que a emergência do que, inicialmente, se denominou História das Mulheres, e depois dos estudos de Gênero foi preponderante para o acontecer dessa produção. Apesar das diferentes correntes epistemológicas e metodológicas que estes estudos utilizaram para desenvolver suas análises, cabe mencionar que possibilitam



tornarem-se visíveis trajetórias particulares que, de uma maneira ou outra, construíram e constroem a história do esporte nacional, seja nas abordagens que tratam das mulheres como um bloco uníssono quanto naquelas que as analisam ressaltando suas particularidades e diferenças.

Determinante para a estruturação da produção acadêmica brasileira sobre mulheres e esporte foi a emergência dos estudos de gênero em meados dos anos 80. Como ferramenta analítica o termo “gênero” possibilitou desconstruir a representação naturalizada de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (Goellner, 2007). Possibilitou, sobretudo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza, performance, sexualidade são construções históricas que, em diferentes tempos e culturas foram associadas aos homens e/ou as mulheres, produzindo, ainda, representações de masculinidades e feminilidades.

O texto de Joana Scott, indubitavelmente foi um marco nesse processo. Publicado em português no ano de 1986, tornou-se um clássico nos estudos sobre mulheres. Os feminismos despontam, também, como fundantes de uma nova onda de produção acadêmica sobre mulheres e esporte, sobretudo no final da década de 80 e início de 90. Colabora para isso não apenas o desenvolvimento no Brasil dos estudos de gênero, dos aportes feministas mas, inclusive, a ampliação dos cursos de pósgraduação (locus privilegiado da produção acadêmica brasileira). Na educação física o primeiro mestrado data de 1977 (USP), 1979 (UFSM) e 1980 (UFRJ).

Ao olhar para a produção da educação Física brasileira, fundamentalmente, nos periódicos científicos da área alguns aspectos chamam minha atenção:

1- Uma apropriação por vezes equivocada do termo “Gênero” identificado como sinônimo de sexo

Nos décadas de 80 e 90 apareceram muitos trabalhos onde o termo “gênero” era tratado como sinônimo de sexo. Algo tipo “Estudo comparativo do nível de performance de atletas de gênero masculino e feminino”; “Percentual de gordura em atletas do naípe masculino e feminino”.

O termo gênero, aqui aparece como a mera identificação do sexo dos sujeitos analisados. Mais que uma definição simplista essa é uma definição absolutamente equivocada pois, ao contrário do que historicamente a produção teórica de “gênero” vem evidenciando, nestes trabalhos se privilegia o determinismo biológico onde gênero masculino e feminino não são observados como socialmente construídos mas

significando, simplesmente, sexo masculino e feminino.

A permanência de trabalhos desta natureza, ainda nos dias atuais, indicam, no meu ponto de vista, não apenas uma apropriação inadequada do termo “gênero” como depreciam a produção acadêmica deste campo posto que revelam um absoluto desconhecimento do que, desde os anos 80 se vem produzindo nesse campo.

Cabe registrar que não estou negando o aspecto biológico presente, inclusive, na conformação de “gênero”. Afinal, são os corpos e as subjetividades que assumem identidades masculinas e femininas. Como afirma Guacira Lopes Louro (1995) “se a distinção entre gênero e sexo pareceu extremamente necessária num contexto de luta contra as interpretações biologicistas - que viam nas diferenças biológicas uma explicação e uma justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres - ela também pode ter ajudado a promover uma forte separação entre essas duas categorias” (p.24). Ou seja, não podemos desconsiderar que o “gênero” contém uma dimensão biológica. Reafirmo, não é nem essa discussão que alguns estudos fazem. É pura e simplesmente a utilização de “gênero” como sinônimo de sexo.

Sustentados por um arcabouço teórico-metodológico marcadamente situado nas ciências como a fisiologia, a biomecânica, a medicina, esses trabalhos estão largamente persistem em afirmar a anatomia como destino. Além disso pautam-se por perspectivas essencialistas de análise, segundo as quais homens e mulheres mulheres e homens têm características distintas e inatas e estas que são imutáveis e que são estas características que determinam traços de caráter e comportamento, funções sociais, espaços de pertencimento e possibilidades de socialização para eles e para elas são distintos entre si. Exemplo: Um estudo comparativo entre a capacidade de flutuabilidade de homens e mulheres conclui:

Homens e mulheres têm uma densidade inferior à da água, mas a das mulheres é um pouco menor. Isso se deve, entre outros fatores, a uma constituição corporal que inclui ossos menos densos, bacia maior que a cintura e mais quantidade de tecido adiposo (gordura), todos relacionados à gestação. Portanto as mulheres flutuam melhor que os homens, que precisam empregar força muscular para obter uma melhor sustentação na água (LOPES e SANTOS, 2004, p. 32).

Aqui reside uma vertente ainda presente de estudos que, ao localizarem-se no campo da mulher e esporte, por vezes acreditam estarem problematizando as diferenças de gênero. O que eu chamo a atenção é que muitos estudos que abordam temas, como por exemplo, padrão motor, estereótipos de atletas, composição corporal, treinamento físico, menarca, quando relacionados à mulheres são, não raras vezes, identificados como estudos de gênero. Ou ainda, identificam-se nesse



campo teórico cruzando-o com outros. Como por exemplo: atividade física e gênero; esporte e gênero; Educação Física e gênero. Penso que confusões como essas evidenciam ainda, uma estreita proximidade com o campo da educação física brasileira que se tem produzido nacional e internacionalmente sobre estudos de gênero.

2- Identificação entre estudo sobre mulheres e estudos de gênero

Essa é uma confusão explícita na nossa área (e em outras também). Dada a origem dos estudos de gênero que começaram a ser desenvolvidos tendo nos estudos das mulheres seu apoio teórico-metodológico, parece ainda persistir a idéia que estudar gênero é estudar mulheres. E ainda, mulheres estudarem mulheres visto que são poucos, na Educação Física brasileira, os autores a serem identificados como pesquisando “gênero”.

É claro que essa delimitação sofre interlocuções. Afinal alguns estudos sobre mulheres são estudos, também de gênero quando procuram compreender, por exemplo, como em determinados contextos culturais constroem-se representações de feminilidade. Enfim, o que quero enfatizar é que o binômio mulher e esporte tem dominado o campo de estudos de gênero no Brasil e essa situação se dá pela aproximação teórica com o campo do estudos da História das Mulheres, Mais especificamente pela invisibilidade que a história oficial muitas vezes lhe conferiu e confere. Talvez essa seja uma das explicações possíveis para essa profusão de pesquisas acerca das mulheres nas diferentes modalidades esportivas.

3- O estudo de estereótipos e papéis sexuais como uma possibilidade reduzida de abordar relações de gênero

Nos anos 80 a discussão sobre mulher e esporte, quando realizada, seja ela no âmbito da educação física escolar ou do alto rendimento, esteve fortemente atravessada por três conceitos: patriarcado, estereótipo e papéis sexuais. Essa produção, em especial nos anos iniciais, sustentou um caráter de denúncia no que respeita a representação do esporte como um terreno eminentemente masculino. Uma das justificativas para a diferenciação de acesso e permanência das mulheres no esporte era atribuída às características patriarcais da sociedade brasileira.

Quanto as discussões sobre feminilidade tornou-se lugar comum fazê-la a partir da noção de estereótipo e de papel sexual perspectiva essa alterada no final dos anos 90 quando começa a circular com mais facilidade teorizações advindas do feminismo pósestruturalista.

Estereótipos e papéis sexuais eram observados como padrões ou regras arbitrarias que uma sociedade estabelece para seus membros e

que, em última instância, definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, autores e autoras essa concepção se mostrava (e ainda se mostra) de forma um pouco simplista pois as discussões de aprendizagem de papéis masculinos e femininos acabava por remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face ficando, sem exame, por exemplo, as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 2003)

Foram profícuos, neste contexto, pesquisas que analisavam diferenças entre meninos e meninas no âmbito da educação física escolar e homens e mulheres no campo do esporte. De certo modo, muitos trabalhos acabavam por legitimar uma representação normatizada de feminilidade dando pouca visibilidade para a transgressão, para o transbordamento de fronteiras e, inclusive, para o próprio protagonismo das mulheres em modalidades esportivas que lhe eram pouco recomendadas.

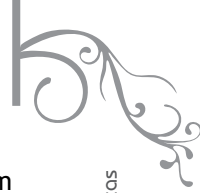
4- Jornalistas esportivos e a fabricação dos ídolos

Outra vertente que pode ser encontrada no Brasil acerca da produção sobre mulheres e esporte tem sua origem não na academia mas no jornalismo esportivo, fundamentalmente, a partir de 1996 quando brasileiras conquistam, pela primeira vez na história do esporte nacional, medalhas olímpicas.

Dada a visibilidade deste evento, escrever sobre as atletas tornou-se um nicho de mercado e as biografias despontaram como uma possibilidade editorial que se repete a cada edição dos Jogos Olímpicos. Sustentadas pelo que denomino, de uma perspectiva “edificante” geralmente são livros e reportagens que descrevem sucessos, conquistas, alegrias, exemplos sempre positivos de superações. Em produções como estas pouca análise se faz dos mecanismos de poder que circulam no entorno do esporte. O que geralmente aparece são narrativas pessoais, muitas delas, absolutamente descontextualizadas.

5- Pluralidade de análise a partir dos diferentes aportes teóricos dos feminismos

Diria que atualmente o estudo sobre mulher e esporte ainda encontra-se, grosso modo, fortemente vinculado ao campo da educação física e esse se dá de forma diversa e plural.



Ao mesmo tempo em que se pode visualizar pesquisas que justificam o acesso e permanência das mulheres a partir de questões fisiológicas e/ou psicológicas, se pode perceber uma produção crescente cujos aportes teóricos permitem tecer análises mais densas evidenciando as relações de poder que se produzem e reproduzem no campo esportivo. Pode-se, ainda perceber estudos que tomam a mulher como um bloco homogêneo como outros que tecem análises considerando as questões de gênero relacionadas a outros marcadores sociais como, por exemplo, classe social, sexualidade, raça/etnia e geração.

Temas que outrora eram pouco evidenciados florescem com relativa rapidez e dentre eles destaque, temáticas relacionadas à análise de representações das atletas nos diferentes artefatos midiático, sobre a gestão do esporte, sobre modalidades pouco incentivadas inclusive, os identificados como esporte “da natureza”, temas afetos as práticas de lazer e questões relacionadas com gênero e sexualidade. Enfim, essas produções de certo modo registram as diferentes trajetórias que as mulheres trilham e trilham ao longo da história do esporte nacional. Permitem, ainda, perceber o que, em cada tempo, foi possível pesquisar e visibilizar. Nesse sentido, localizo os estudos de gênero e os feminismos como campos teóricos que, efetivamente potencializaram e qualificaram a produção acadêmica brasileira. Ao eliminarem do horizonte analítico o determinismo biológico e os binarismos, favoreceram a aceitação de que o esporte não é um campo “naturalmente” masculino, nem mesmo aquelas modalidades que exigem maior força física e vigor. Estes campos forneceram instrumentos teóricos e metodológicos para visibilizar o esporte - como qualquer outra instância social, como um espaço generificado, não porque reflete as desigualdades e diferenciações da sociedade em geral mas, fundamentalmente, porque as produz e reproduz

Considerando as questões aqui analisadas defendo, desde há muito tempo, que escrever sobre mulheres esporte é, na Educação Física brasileira, não apenas um desafio acadêmico. É, sobretudo, um ato político dadas as várias adversidades que se podem verificar não só na trajetória das mulheres para acender ao esporte como, também, no reconhecimento deste tema como um tema acadêmico de relevância no âmbito do que comumente se denomina de “conhecimento científico”.

Referências:

AZEVEDO, Fernando. Da Educação Física. O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1920.

GOELLNER, Silvana V. Gênero, Educação Física e Esporte. In: VOTRE, Sebastião. Imaginário & Representações Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2001.

KEHL, Renato. F. A cura da fealdade: Eugenia e medicina social. São Paulo: Monteiro

Lobato & Co-Editores, 1923.

- . Como escolher uma boa esposa. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e C, 1925.
- . Como escolher um bom marido.. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e C, 1925.
- . Formulário da Beleza: Fórmulas Escolhidas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves 1927.

LOPES, C.A.; SANTOS, M.R., (2004) As mulheres bóiam mais facilmente? *Jornal ZeroHora*, 20 de agosto de 2004, p. 32.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, v 20. n. 2, jun-dez, 1995, p. 101-132.

. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.; NECKEL, J.; GOELLNER, S.V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Educação Physica Feminina*. Rio de Janeiro: Typográfica do Patronato, 1930.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.



O Deporte Galego crescendo en Igualdade. Políticas de Igualdade de Xénero do Goberno Galego.

*María Souto González.
Directora Xeral para o Deporte, Xunta da Galicia,*

Resumo

O punto de partida era unha realidade na que as mulleres sufrían unha clara discriminación no mundo do deporte. Os datos de saída mostraban que no ano 2005 só un 17,7% das licenzas federativas eran de mulleres e o 2% das 58 federacións tiñan unha presidencia feminina. As dificultades das mulleres para dedicarse ao deporte profesional eran obvias pero a práctica deportiva de base descendía tamén, en especial, cunha razón que explicaba o abandono: a falta de tempo.

A discriminación de xénero no deporte apreciábase en todos os indicadores posibles. Menor apoio dos patrocinadores, inferior interese social nas prácticas desenvolvidas por mulleres, pouco espazo nos medios de comunicación, escasa representación nas áreas de dirección... e un sinfín de atrancos que deseñaban unha situación alarmante. Dende a Consellaría de Cultura e Deporte decidimos que a eliminación da desigualdade das mulleres no mundo deportivo tiña que presidir unha das nosas principais liñas de actuación, deseñando políticas de acción positivas para darlle unha volta á situación, para acadar a igualdade das mulleres e os homes tamén no ámbito deportivo.

Dende a Consellaría de Cultura e Deporte puxémonos ao traballo e optamos por crear programas específicos para desenvolver o deporte feminino e a participación das mulleres en todos os aspectos. Para iso botamos a andar políticas deportivas de inclusión como campañas de deporte escolar e universitario, e accións dende as propias federacións nos convenios asinados ou proxectos específicos, ademais de programas de longa duración que engloban distinción pública, premios ou apoio á creación de equipos femininos. Dirixímonos tamén a outras administracións, entidades deportivas e empresas para promover a igualdade no deporte e estimulamos aos medios de comunicación para acadar un mellor trato e difusión do deporte feminino ademais de animar ás empresas para aumentar a esponsorización de deporte feminino. A creación de seleccións femininas, os apoios a clubs de mulleres ou a realización das xornadas “Deporte e Muller”, coa presenza de deportistas, árbitras, adestradoras ou xornalistas son medidas concretas que materializan a nosa política deportiva.

Pero a relevancia que esta liña de traballo ten na nosa acción de goberno apréciase tamén no interese por coñecer a realidade, e seguir o seu desenvolvemento. Somos conscientes de que para actuar é preciso saber. A Dirección Xeral para o Deporte encargoulle á Universidade de Vigo un estudo sobre a realidade do binomio: muller-deporte en Galiza, e que nos ofrece unha completa panorámica da situación do deporte feminino. Esta

ampla fotografía e unha ferramenta de indiscutíbel valor para orientar as políticas de igualdade que estamos a levar a cabo no ámbito do deporte pero é tamén un estudo de grande interese para transmitir unha situación que precisa o esforzo de todo e todas para continuar mudando.

Nota Biográfica

Marta Souto González nace en Vigo e dende moi nova o deporte forma parte da súa vida. Unha irmá xogadora de balonmán e profesora de Educación Física, un irmán campión de tenis de Galiza.... e toda a familia acudindo aos partidos dos distintos equipos de Vigo.....

No colexio comeza co baloncesto, pero vai ser o ciclismo, grazas a unha marcha de cicloturismo que o Club Ciclista Vigués organizou só para mulleres, como se empapa e se deixa empapar por este deporte case vetado, neses momentos, ás mulleres. Máis de vinte anos relacionada co club da súa cidade e coa federación na organización de carreiras e voltas.... A vela e o montañismo son outros dos deportes que practicou de xeito federado, mais como anécdota dicir que levou durante cinco anos o equipo de fútbol sala do Concello de Vigo: unha adestradora nun mundo de homes.

A outra faceta tamén lle vén de familia, a política; está ligada ao mundo do nacionalismo galego no BNG (partido que está no goberno da Xunta e que leva a Consellaría de Cultura e Deporte).

De distintas responsabilidades locais e comarcais, no 2005 é nomeada Delegada provincial da Consellaría de Cultura e Deporte en Pontevedra, e dende maio de 2007 é a primeira muller que leva no goberno de Galiza a Dirección Xeral para o Deporte.



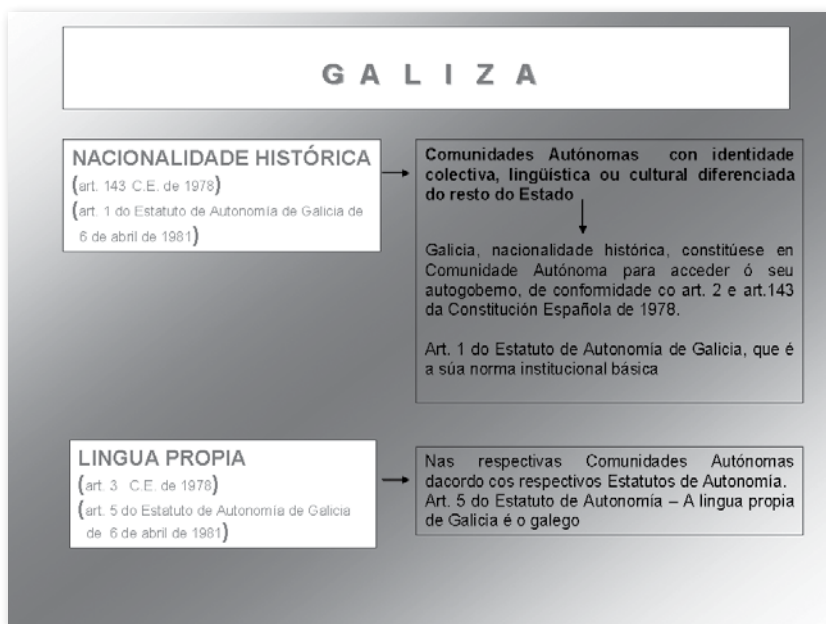
Intervención en PowerPoint

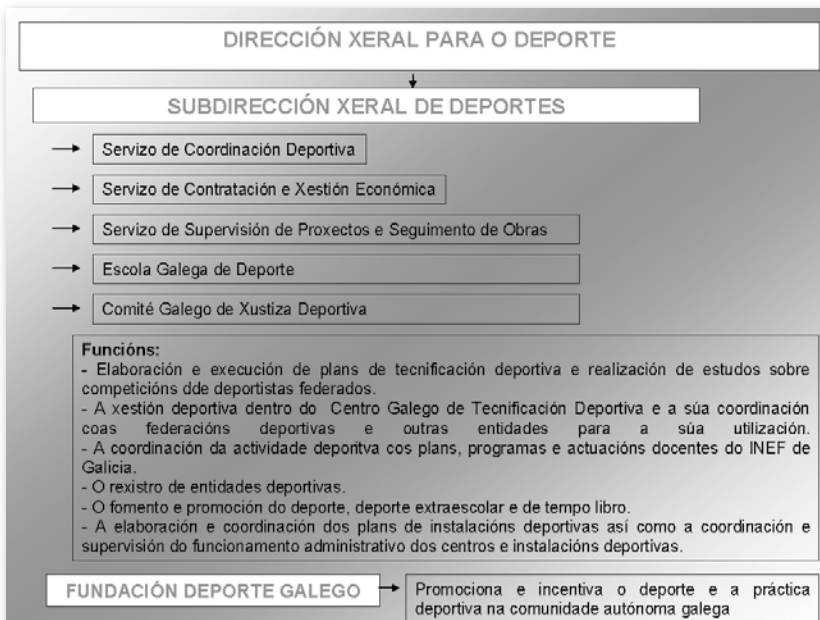
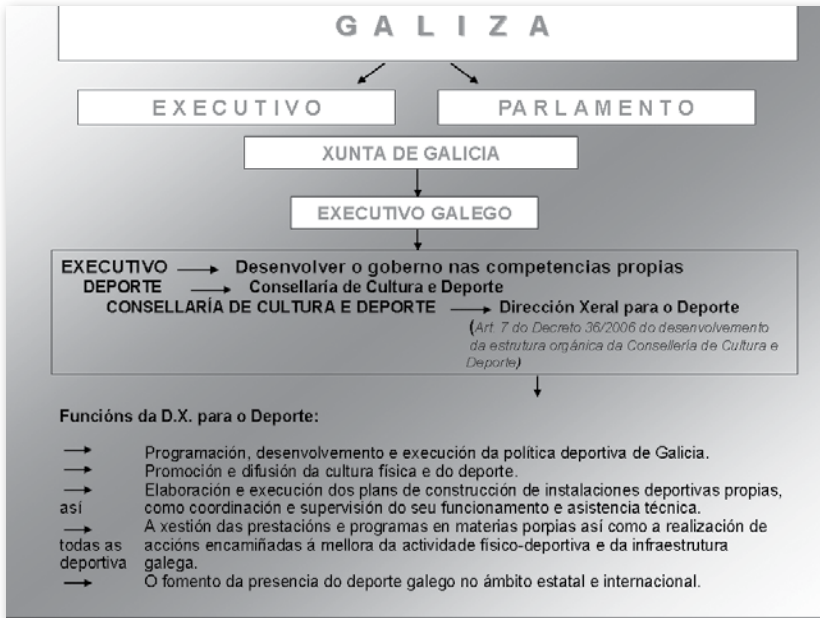
**O DEPORTE GALEGO CRECENDO EN IGUALDADE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE DE XÉNERO
NO GOBERNO GALEGO**

- 1.- INTRODUCCIÓN XERAL
- 2.- SITUACIÓN DE PARTIDA
- 3.- MEDIDAS DENDE O GOBERNO GALEGO
- 4.- CONCLUSIÓN

**O DEPORTE GALEGO CRECENDO EN IGUALDADE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE DE XÉNERO
NO GOBERNO GALEGO**

1.- INTRODUCCIÓN XERAL









EXISTE DISCRIMINACIÓN CARA AO DEPORTE FEMININO EN GALIZA?	
SITUACIÓN ANO 2005	
PORCENTAXE LICENZAS FEMININAS	17%
PORCENTAXE PRÁCTICA ACTIVIDADE FÍSICO-DEPORTIVA	58%
PRESENZA NOS MEDIOS	ESCASA/CASE NULA
DIRECCIÓN E XESTIÓN DO DEPORTE	2 PRESIDENTAS DAS 58 EXISTENTES

**O DEPORTE GALEGO CRECENDO EN IGUALDADE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE DE XÉNERO
NO GOBERNO GALEGO**

2.- SITUACIÓN DE PARTIDA

LICENZAS

Ano 2005 – 45.340 licenzas femininas

242.066 licenzas

Ano 2006 – 51.038 licenzas femininas (+3,5%)

253.207 licenzas

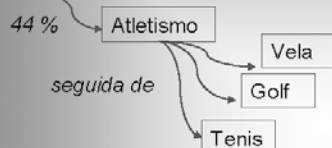
Das 10 federacións galegas con maior nº de licenzas

Fútbol, Fútbol Sala, Caza, Baloncesto, Golf, Vela, Atletismo, Judo, Actividades Subacuáticas, Tenis

o 15% de media mulleres

LICENZAS

Mayor pariedade



Modalidades con maior presenza feminina

Ximnasia	Voleibol	Hípica	Patinaxe
59% fronte ao 41%	59% fronte ao 41%	58% fronte ao 42%	54% fronte ao 46%



COMPARATIVAS 2005/06

FEDERACIÓN	Masculinas 2005/06	Femininas 2005/06	Porcentaxe Masculinas	Porcentaxe Femininas
Tenis de Mesa	583 / 1408	160 / 479	141 %	199,38 %
Loita	585 / 798	125 / 294	36,41 %	148 %
Boxeo	143 / 305	7 / 17	139,29 %	142,86 %
Pelota	349 / 358	11 / 23	2,58 %	109 %
Rugbi	599 / 635	57 / 86	6,01 %	50,88 %
Triatlón	650 / 687	240 / 361	5,69 %	50,42 %
Act. subacuáticas	4.745 / 5.383	204 / 298	13,45 %	46,08 %
Piragüismo			7,10 %	45,44 %

COMPARATIVAS 2005/06



Sobe a porcentaxe feminina



Baixa a masculina

	Masc	Fem
Montañismo	- 16,06 %	53,85 %
Motociclismo	- 57,38 %	40,00 %
Patinaxe	-6,37 %	33,56 %
Fútbol	-2,81 %	22,72 %

**O DEPORTE GALEGO CRECENDO EN IGUALDADE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE DE XÉNERO
NO GOBERNO GALEGO**

3.- MEDIDAS DENDE O GOBERNO GALEGO

A IGUAL ESFORZO IGUAL RECOÑECIMENTO

AS = OS



DISCRIMINACIÓN POSITIVA

Año 2006 – 1.000.000 euros para políticas de promoción de deporte feminino
(o 25% das axudas destinadas ían a deporte feminino, 1 de 4 millóns)

Liñas de Axudas

Convenios coas Federaci3ns

Política para acadar equidade no deporte

Secretaría Xeral de Igualdade

Contando coas mulleres

Para mellorar, para cambiar esta situación a Consellaría de Cultura e Deporte inicia unha serie de accións específicas para desenvolver o deporte feminino.

2006

- Incremento das axudas destinadas ao fomento do deporte feminino.
 - O 25% do investimento total ao deporte feminino
- Criterios nas valoracións das subvencións
- Obxectivos/programas subvencionábeis
- Aumento, até un 15% das subvencións concedidas aos clubs femininos
- Programas coas federacións deportivas
 - Tecnificación
 - Formación
 - Árbitras
 - Dirección
- Convenios con outras administracións e entidades
- Promoción da presenza das deportistas nos medios

2007

- Estudo sobre a realidade físico-deportiva das mulleres en Galiza
- Xornadas Muller e Deporte: maior concienciación sobre a realidade e os problemas ao deporte feminino
- Copa Galiza
- Seleccións nacionais femininas
- Recoñecemento: Recepcións, entrevistas, prensa.... Visualizar o éxito das nosas deportistas, exemplo para as mozas
- Protocolos con outros gobernos para equipararen os premios, as axudas..., eliminar a discriminación: Pacto de San Mamés
- Esponsorización do deporte feminino



CONVENIOS

CONVENIOS COAS **FEDERACIÓNS** PARA ACTUACIÓNS TENDENTES A ACADAR MAIOR PARTICIPACIÓIN DAS MULLERES:

- NA PRÁCTICA DEPORTIVA
- TAREFAS DE ADESTRAMENTO, ARBITRAXE, TÉCNICAS
- CARGOS DIRECTIVOS

CONVENIO ENTRE **VICEPRESIDENCIA** E A **CONSELLARÍA DE CULTURA E DEPORTE**

ACHEGARLLES A TODAS AS PERSOAS A ACTIVIDADE FÍSICA

SXI e DXD: Convenio para estudar e promover accións tendentes a acadar igualdade de oportunidades

- *Crecendo dende a igualdade*

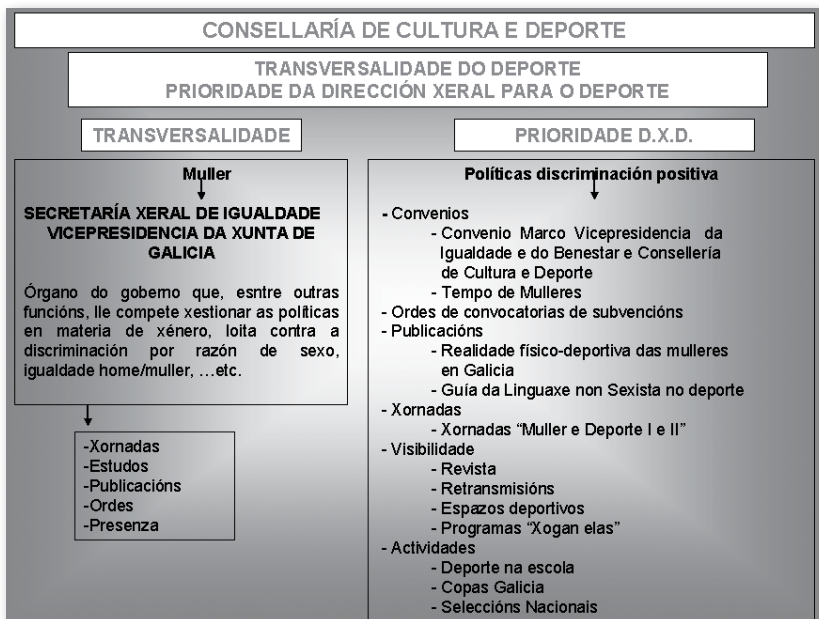
Estudo da realidade deportiva dende perspectiva de xénero

Xornadas de traballo, estudo e análise

Tempos de mulleres

2008

- Orde de subvencións só para equipos femininos
- A realidade físico-deportiva das mulleres en Galiza
- Guía da linguaxe non sexista no deporte
- Tempo de Mulleres:
.. *Potenciando o noso corpo*



Deporte e Muller
Creando desde a igualdade

Organizan

XUNTA DE GALICIA
CONSELLARÍA DE CULTURA
E DEPORTE
Deporte Xeral para o Deporte

XUNTA DE GALICIA
VICEPRESIDENCIA DA
IGUALDADE E DO BENESTAR
Deporte Xeral de Igualdade

FUNDACIÓN
DEPORTE GALEGO

Deporte e Muller
Creando desde a igualdade

XORNADA
DE TRABALO

Deporte e Muller

Creando desde a igualdade

Data: 27 de marzo de 2007
Lugar: Casa do Deporte
(r/ Luis Ksado, 17- Vigo)

XUNTA DE GALICIA
CONSELLARÍA DE CULTURA
E DEPORTE
Deporte Xeral para o Deporte

XUNTA DE GALICIA
VICEPRESIDENCIA DA
IGUALDADE E DO BENESTAR
Deporte Xeral de Igualdade

FUNDACIÓN
DEPORTE GALEGO

INSCRIBCIÓN E INFORMACIÓN:
Dirección: Xeral para o Deporte
Tf: 981.95.75.43 / 54.26.07
www.deportegalego.eu



PROGRAMA TELEVISIVO
“XOGAN ELAS”



Entrevista a Tamara Abalde - Baloncesto

PROGRAMA TELEVISIVO
"XOGAN ELAS"



Entrevista a Eugenia Ferreira – Natación Master

PROGRAMA TELEVISIVO
"XOGAN ELAS"



Entrevista a Paola Garrido - Tenis



PROGRAMA TELEVISIVO
"XOGAN ELAS"



Entrevista a Teresa Portela - Piragüismo

As deportistas galegas mandan

Xa sobrou Galicia. O equipo galego de ciclismo profesional finaliza unha brillante tempada.

Xogos ParaEmpicos: Galicia, con Chano Rodríguez e Pablo Cimadevila de protagonistas, acadou seis medallas en Beijing.

Instalacións: Inauguración do Centro Galego de Tecatificación de Veia - Arousa.

XUNTA DE GALICIA

Seleccións

Galicía, subcampión do mundo en Reus

Deporte feminino

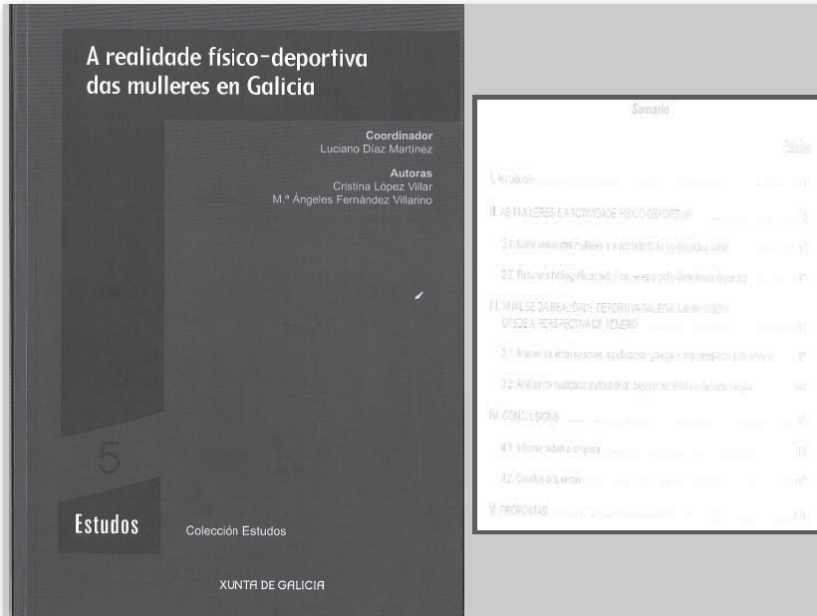
A I Bandeira da Concha Feminina, para Galicia

Deporte feminino

Mudega dá os seus primeiros pasos

Deporte na Escola





DEPORTE E XÉNERO

Mostra:

1.050 mulleres de máis de 10 anos → universo

ítems

Grupos de idade
Nivel educativo
Profesión
Provincia
Tamaño do concello

Número de galegas que practican deporte en GZ:

- 58,8 % - practican algún deporte ou actividade física
- 46,2 % - non

Por idades:

- 66,2 % - 10 a 19 anos
- 47,8 % - 20 a 29 anos
- 49,5 % - 30 a 39 anos
- 40-49 anos e 50-59 anos - 60 % práctica deportiva

DEPORTE E XÉNERO

Deporte – 27,8%

Actividade Física – 72,2 %

Actividade deportiva máis practicada:

32,7% – fútbol

9,6% – fútbol sala

8,5% – baloncesto

4,7 % – pesca

1,6 % _ natación de competición

1,2 % _ voleibol e ximnasia

Actividade deportiva con licenza:

60,1 %

- Mulleres – 8,3 % → 10 a 19 anos → 37,5% (tramo de idade)
 - Non – 91,7 %

DEPORTE E XÉNERO**Práctica Deportiva**

61 % das ourensás

56,4 % das coruñesas

52,4 % das lucenses

45,4 % das pontevedresas

Menor actividade → nos concellos con menos de 10.000 habitantes**Uso xeral de instalacións:** 54,2 %

○ 60,7 % → son de carácter público

En concellos pequenos – menor porcentaxe

○ 73,5 % das mulleres galegas séntense activas (moi activas o 19,4%), sendo entre os 10 e 19 anos as que máis activas se senten

○ 26,5 % - sedentarias.



Esta guía nace coa vocación de sensibilizar o mundo deportivo sobre a necesidade de utilizar a linguaxe do xeito que mulleres e homes estean incluídos e sexan visibles por igual.

As razóns que nos moven a crear esta guía son basicamente dúas:

- A necesidade de identificar novas formas de expresión que permitan reflectir a realidade da participación feminina en cada vez máis ámbitos.
- A importancia do deporte como modelo para a sociedade.

A guía de linguaxe está organizada en dous apartados: colectivos e persoas. En cada un deles ofrécense varias estratexias, que veñen acompañadas de consellos e propostas de uso.

Ademais, inclúense dous apartados previos sobre políticas referidas á linguaxe non sexista e á integración da visión de xénero no deporte.

A finalidade última desta guía é fomentar no ámbito deportivo a reflexión sobre o modelo e os estereotipos que nos transmite a linguaxe.

Guía de linguaxe non sexista no deporte

Deporte e Muller
Coesión social e igualdade

XUNTA DE GALICIA

TEMPO DE MULLERES

No marco do devandito convenio marco establécese un acordo entre a Secretaría Xeral da Igualdade e a Dirección Xeral para o Deporte, para a impartición dentro do programa **TEMPO DE MULLERES 2008**, do módulo "potenciando o noso corpo"

No marco do V Plan do goberno galego para igualdade home e mulleres:

- Formación
- Participación
- Empoderamento

Obxectivos:

Potenciar o deporte entre as mulleres como práctica de actividade física para o tempo de lecer e como espazo de participación social.

Obxectivos de Tempo de Mulleres → **Potenciando o noso corpo**

- Pontenciar un tempo e un espazo de relación entre as mulleres
- Dotar ás mulleres de habilidades e estratexias para poderen protagonizar activamente o seu desenvolvemento persoal e social dentro da comunidade
- Garantir que o deporte e a actividade física sexan accesíbeis e asequíbeis para homes e mulleres



Orde de convocatoria pola que se regula o rexime de concesión de subvencións a clubs e entidades deportivas sen ánimo de lucro de Galicia, para axudas e equipos femininos de categoría xuvenil ou similar para a tempada 2008/09

Quen?	Dirección Xeral para o Deporte e Secretaría Xeral da Igualdade
Por que?	Creba do nº de practicantes femininas nesas idades
Para que?	Potenciar o traballo que dende os clubs se fai nesas idades
Para quen?	Equipos categorías base (infantil e cadete) e sénior
Concepto	Gastos de transporte, aloxamento e manutención Equipamento: pantalón, camisetas e medias
Total	150.000 euros Non poden superar os 5.000 euros

PRENSA

Las deportistas gallegas hacen causa común en Mudega

Las deportistas gallegas de fútbol sala se reunieron en Mudega para discutir sobre la situación de las deportistas gallegas y la necesidad de unificar criterios y acciones.

Armstrong asume que podría quedarse sin correr el Tour

El ciclista británico Lance Armstrong admite que podría verse obligado a abandonar el Tour de Francia debido a problemas de salud.

España se enfrentará a Italia en las semifinales del Mundial tras superar a Paraguay por 4-1

La selección española de fútbol femenino se clasificó para las semifinales del Mundial tras derrotar a Paraguay por 4-1.

Marc Gasol anota 14 puntos y captura 10 rebotes en su mejor actuación con Memphis

El jugador español Marc Gasol tuvo una excelente actuación en el partido de Memphis, anotando 14 puntos y capturando 10 rebotes.

Deportes

El fútbol gallego no admite la paridad

Solo 25 de los 745 clubes que participan en las categorías inferiores están dirigidos por mujeres, que casi siempre en pesa no acompañada a sus hijos

Por María A. Herrera



El fútbol gallego no admite la paridad. Solo 25 de los 745 clubes que participan en las categorías inferiores están dirigidos por mujeres, que casi siempre en pesa no acompañada a sus hijos. Este dato, que surge de un estudio realizado por el Observatorio de la Mujer de la Xunta de Galicia, revela que el fútbol gallego sigue siendo un deporte predominantemente masculino, tanto en cuanto a la participación de las jugadoras como en la gestión de los clubes. El estudio indica que solo el 3,3 por ciento de los clubes gallegos tienen a una mujer a la cabeza, y que en la mayoría de los casos, estas mujeres ocupan el cargo de presidenta o presidenta adjunta, pero no de entrenadora o entrenadora adjunta. Además, el estudio señala que la mayoría de las jugadoras que participan en las categorías inferiores de fútbol gallego son hijas de jugadores, lo que sugiere que el deporte sigue siendo un espacio predominantemente masculino.

El fútbol gallego no admite la paridad

Solo 25 de los 745 clubes que participan en las categorías inferiores están dirigidos por mujeres, que casi siempre en pesa no acompañada a sus hijos

Por María A. Herrera

El fútbol gallego no admite la paridad. Solo 25 de los 745 clubes que participan en las categorías inferiores están dirigidos por mujeres, que casi siempre en pesa no acompañada a sus hijos. Este dato, que surge de un estudio realizado por el Observatorio de la Mujer de la Xunta de Galicia, revela que el fútbol gallego sigue siendo un deporte predominantemente masculino, tanto en cuanto a la participación de las jugadoras como en la gestión de los clubes. El estudio indica que solo el 3,3 por ciento de los clubes gallegos tienen a una mujer a la cabeza, y que en la mayoría de los casos, estas mujeres ocupan el cargo de presidenta o presidenta adjunta, pero no de entrenadora o entrenadora adjunta. Además, el estudio señala que la mayoría de las jugadoras que participan en las categorías inferiores de fútbol gallego son hijas de jugadores, lo que sugiere que el deporte sigue siendo un espacio predominantemente masculino.

Deportes

«E necesario que as mulleres deportistas reforcen as súas mentalidades e non abandonen»

A CONSEDEIRA de Cristina Fernández de Sotomayor defende que as mulleres deportistas deben reforzar as súas mentalidades e non abandonen a competición. A presidenta do Comité Olímpico Gallego, Cristina Fernández de Sotomayor, defende que as mulleres deportistas deben reforzar as súas mentalidades e non abandonen a competición. Ela afirma que a falta de recursos e a falta de apoio institucional son os principais obstáculos para a participación feminina no deporte gallego. Ademais, ela destaca a importancia de que as mulleres deportistas se apoyen entre si e que os clubs e federacións fagan un esforzo para crear un ambiente máis inclusivo e profesional para as deportistas.

A CONSEDEIRA de Cristina Fernández de Sotomayor defende que as mulleres deportistas deben reforzar as súas mentalidades e non abandonen a competición.

Ela afirma que a falta de recursos e a falta de apoio institucional son os principais obstáculos para a participación feminina no deporte gallego. Ademais, ela destaca a importancia de que as mulleres deportistas se apoyen entre si e que os clubs e federacións fagan un esforzo para crear un ambiente máis inclusivo e profesional para as deportistas.

Deportes

Varios centros ya cubrieron el cupo de matrícula en Infantil

El Observatorio de la Mujer de la Xunta de Galicia informa de que varios centros educativos ya han cubierto el cupo de matrícula en Infantil. Este dato indica un aumento de la demanda de plazas en esta etapa educativa, lo que puede estar relacionado con el crecimiento de la población infantil en Galicia. El estudio también menciona que la matrícula en Infantil sigue siendo un desafío para muchos centros, especialmente en zonas con alta densidad de población.

El Observatorio de la Mujer de la Xunta de Galicia informa de que varios centros educativos ya han cubierto el cupo de matrícula en Infantil.

Este dato indica un aumento de la demanda de plazas en esta etapa educativa, lo que puede estar relacionado con el crecimiento de la población infantil en Galicia. El estudio también menciona que la matrícula en Infantil sigue siendo un desafío para muchos centros, especialmente en zonas con alta densidad de población.

La dificultad de conciliar trabajo, familia y presidencia

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

La dificultad de conciliar trabajo, familia y presidencia

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

La dificultad de conciliar trabajo, familia y presidencia

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

Las mujeres que ocupan puestos de responsabilidad en el deporte gallego enfrentan dificultades para conciliar su vida profesional, familiar y personal. Estas dificultades se agravan cuando ocupan puestos de liderazgo, como la presidencia de un club o federación. El estudio indica que muchas mujeres que ocupan estos puestos tienen que sacrificar tiempo con sus familias o incluso con sus carreras profesionales. Además, el estudio señala que la falta de flexibilidad en los horarios de trabajo y la falta de servicios de apoyo, como guarderías o centros de día, hacen que sea aún más difícil para las mujeres cumplir con sus responsabilidades en todos los ámbitos de su vida.

O DEPORTE GALEGO CRECENDO EN IGUALDADE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE DE XÉNERO NO GOBERNO GALEGO

4.- CONCLUSIÓN



CRECENDO E IGUALDADE	
XORNADAS	I Muller e Deporte (marzo 2007) II Muller e Deporte (nov-dec 2008) Congreso Internacional Muller e Deporte (2009)
ESTUDOS	Deporte e Xénero A realidade físico-deportiva das mulleres en Galiza
AXUDAS DENDE A ADMINISTRACIÓN: Discriminación positiva	Subencións para actividades, equipamentos e infraestruturas para concellos e entidades sen ánimo de lucro Subvención específica 21-22: equipamento: 1.50.000 euros
ACTUACIÓNS	Seleccións · Baloncesto 2006 · Balonmán 2006 · Fútbol 2007 · Fútbol Sala 2008 Copas Galiza femininas
TEMPOS DE MULLERES	Cofrece o teu corpo (act. Física)
ASOCIACIÓN MULLERES DEPORTISTAS GALEGAS - MUDEGA	
DECLARACIÓN DE SAN MAMÉS - Prol do deporte igualitario	
PUBLICACIÓNS	Guía da Linguaxe non sexista
LICENZAS	Estimación dun aumento porcentual dun 4 %

A IGUAL ESFUERZO = RECOÑECEMENTO

1.- IGUALDADE DE TRATO ECONÓMICO

2.- IGUALDADE DE PARTICIPACIÓN E REPRESENTACIÓN EN ÓRGANOS DE DECISIÓN

3.- PLENO GOCE DOS DEREITOS SOCIAIS

O DEPORTE CUMPRE CUNHA FUNCIÓN SOCIAL, DE AÍ QUE POIDA DESENVOLVER UN PAPEL RELEVANTE COMO MARCO DE MEDIDAS DESTINADAS A PREVI R E COMBATER A EXCLUSIÓN SOCIAL.

- ESTIMA
- POBREZA
- MARXINACIÓN

4.- NOS PROPIOS ADESTRAMENTOS - ABUSOS

5.- NA EDUCACIÓN — DEPORTE: EDUCAR EN IGUALDADE





Comunicações







Comunicações

Desporto e Género na formação inicial para a docência na Educação Física

*Paula Queirós; Paula Botelho-Gomes; Paula Silva.
Faculdade de Desporto, U.P.*

Resumo

Garantir na formação de docentes e outros agentes educativos a aquisição de competências para “trabalhar” a Educação para a Cidadania Global nas Escolas é uma das recomendações do relatório do Fórum Educação para a Cidadania (2008).

Por sua vez, a Educação Física deve apresentar um currículo e práticas pedagógicas que se dirijam para o desenvolvimento de cidadãos/ãs críticos/as, informados/as e empenhados/as no alcance de uma sociedade mais equitativa também no respeitante ao género.

O objectivo deste trabalho, é perceber quais as opiniões acerca das questões de género no desporto dos/as estudantes do 1º ano da Licenciatura em Desporto e Educação Física, futuros profissionais desta área.

Foram analisadas as opiniões dos/as estudantes sobre a temática em questão, em fóruns de discussão realizados na componente on-line da disciplina de Pedagogia Escolar (plataforma de e-Learning) no ano lectivo de 2007/08, na qual o tema ‘Desporto e Género’ foi um dos propostos para o desenvolvimento de trabalhos. Foram sujeitas a uma análise de conteúdo 65 intervenções em fórum de discussão (39 de alunos e 26 de alunas).

As opiniões dos/as estudantes mostraram-se de um modo geral assentes nalgumas crenças sobre género e desporto que ainda prevalecem na sociedade. Encontram-se indícios de homofobia nos discursos acerca dos praticantes de actividades vistas como adequadas ao feminino, e associa-se às praticantes de desportos como o culturismo um corpo feminino desprovido de beleza.

Intervenção em PowerPoint

Desporto e Género na formação inicial para a docência na Educação Física

U. PORTO

Universidade do Porto, Faculdade de Desporto

Paula Queirós; Paula Silva; Paula Botelho Gomes



Introdução

Garantir na formação de docentes e outros agentes educativos a aquisição de competências para "trabalhar" a Educação para a Cidadania Global nas Escolas é uma das recomendações do relatório do Fórum Educação para a Cidadania (2008). Assim, para concretizar aquele objectivo, defende-se a formação adequada de todos os docentes. Para que se cumpram estes propósitos gerais, a Educação Física deve também apresentar um currículo e práticas pedagógicas que se dirijam para o desenvolvimento de cidadãos/ãs críticos/as, informados/as e empenhados/as no alcance de uma sociedade mais equitativa.

U. PORTO





O objectivo deste trabalho, é perceber quais as opiniões acerca das questões de género no desporto, que expressam os estudantes (rapazes e raparigas) do 1º ano da Licenciatura em Desporto e Educação Física, futuros profissionais desta área.



Material e Métodos

Para atingir o objectivo proposto, analisamos as opiniões dos estudantes sobre a temática em questão, em fóruns de discussão realizados na componente on-line da disciplina de Pedagogia Escolar (plataforma de e-Learning) no ano lectivo de 2007/08, na qual o tema ‘Desporto e Género’ foi um dos propostos para o desenvolvimento de trabalhos. Foram sujeitas a uma análise de conteúdo, 65 intervenções em fórum de discussão (39 ♂ e 26 ♀).

Resultados

Através da análise das falas percebemos que existem algumas crenças no que respeita à associação de determinados desportos ao género:

Quanto ao género masculino a prática de actividades como o ballet associa-se a uma eventual perda da masculinidade pela dúvida quanto à padronizada heterossexualidade que se espera de um homem.

“Todos nós sabemos que quando um rapaz pratica ballet ou outro desporto inteiramente feminino...a sociedade o vê com outros olhos (homossexual, efeminado...). Isto é a realidade. É claro que é completamente falsa, mas também devemos ter em conta que no nosso passado havia demasiado machismo, logo o rapaz que pratica esses desportos é discriminado pelo senso comum e pela sociedade pois ainda existe uma mentalidade muito retrógrada, onde o homem é superior e a mulher inferior.” [1].

Resultados

“Não concordo com aquilo que disseram acerca dos homens/rapazes que praticam desportos serem considerados mais femininos (tipo ballet)! Sinceramente na minha opinião não são esses que se tornam mais facilmente homossexuais...eu acho que, pelo contrário, os que se tornam mais facilmente homossexuais são aqueles que se dizem muito machos!” [♀].

“...regra geral, a nossa sociedade ainda pensa que certos desportos são apenas para raparigas, como o caso do ballet. No entanto creio que é exagerado afirmar que um rapaz pode mudar a sua sexualidade apenas por andar no ballet!” [♂].



Resultados

Quanto ao género feminino questiona-se se a prática de determinados desportos não conduzirá a um modelo de corpo feminino que não o socialmente aceite e valorizado.

“...pude observar que fizeram uma comparação com imagens de culturistas (femininos e masculinos numa perspectiva de salientar que até a nível fisiológico/anatómico as mulheres se conseguem aproximar dos homens. Estou certo? E não acham que uma mulher com um corpo com aquelas características perde toda a a beleza estética feminina? Concordam comigo? Fica a pergunta no ar!” [♂].

“Penso que o conceito de beleza varia de pessoa para pessoa e a maior prova disso são os gostos das pessoas. O que alguém acha belo eu posso achar feio e vice-versa. Na minha opinião a mulher perde toda a beleza feminina...mas deve haver quem ache que as mulheres assim são belas. Por isso é que se diz ‘gostos não se discutem’” [♂].



As opiniões dos estudantes mostraram-se de um modo geral assentes nalgumas crenças sobre género e desporto que ainda prevalecem na sociedade.

Encontram-se indícios de homofobia nos discursos acerca dos praticantes de actividades vistas como adequadas ao feminino, e associa-se às praticantes de desportos como o culturismo um corpo feminino desprovido de beleza.

Conclusão

As crenças dos/as docentes influenciam as suas expectativas, as quais por sua vez afectam as interacções enquanto docente. As iniquidades de género serão perpetuadas e legitimadas a não ser que os/as educadores/as se comprometam numa mudança no que concerne à forma como se desenvolvem e estruturam as relações de género (Silva, 2005). Daí ser importante abordar e desmontar crenças desta natureza na formação inicial de professores de Educação Física e Desporto.







Raparigas – as mais (in)satisfeitas com a disciplina de Educação Física?

Isabel Condessa.
Universidade dos Açores

Resumo

É consensual, a nível mundial, que a educação física (EF) é uma disciplina fundamental, nomeadamente, em termos da promoção da saúde pública, da aquisição de valores e da aquisição de competências necessárias ao longo da vida. O seu contributo na educação das nossas jovens é de um valor axiomático, embora muitas vezes seja reconhecida como um espaço em que se acentuam as diferenças entre rapazes e raparigas.

Pelo facto da EF ter eleito o desporto como um dos meios legítimos de acção, estabelece-se um “Status Quo” que para Fernandez-Balboa (1997)* sustenta as assimetrias das representações das relações do género (masculinização ou feminilidade). Essa distinção parece ser frequentemente avivada pela fraca adesão das jovens às múltiplas práticas físicas oferecidas pelo currículo da EF.

Iniciámos este estudo colocando a seguinte questão: Será que a disciplina de EF, com o desenho curricular que proporciona ao longo da escolaridade, consegue consciencializar as jovens sobre a sua importância para o futuro? Ou, serve apenas para lhes ocupar tempo em práticas de “entretenimento” desajustadas às suas reais necessidades e interesses?

Este ensaio, realizado a partir do confronto das informações recolhidas junto de alunos e alunas de Escolas Secundárias da Região Autónoma dos Açores (RAA), ambicionou comparar os comportamentos, as percepções e as preferências dos alunos e alunas do último nível de escolaridade, quanto à disciplina de EF.

Os resultados demonstram que embora esta área disciplinar seja a preferida por alunos e alunas das escolas da RAA, a tendência é para esses resultados decaírem. Por outro lado, as raparigas acusam mais os seus fracos desempenhos na área disciplinar e, por isso, não se motivam tanto em dar continuidade a esta prática. Contudo, com a mudança no Programa Nacional os conteúdos escolhidos tendem a aproximar-se mais das motivações das praticantes, que incorrem para uma prática em actividades com um carácter mais lúdico e divertido, e que requerem um nível de desempenho atlético diferente. *Fernandez-Balboa, J.M. (1997). *Critical Postmodernism in Human Movement, Physical Education, and Sport*. New York: State University of New York Press.

Intervenção em PowerPoint

“Raparigas” As mais (in)satisfeitas com a Disciplina de Educação Física?



Isabel Condessa
Departamento de Ciências de Educação – U.Açores
condessa@uac.pt

III Congresso
Internacional da
Associação
Portuguesa a
Mulher e o
Desporto, Lisboa
Novembro 2008

Será que a disciplina de EF, com o desenho curricular que proporciona ao longo da escolaridade, consegue consciencializar as jovens sobre a sua importância para o futuro?

Características Do Estudo	Amostra	Questões Analisadas
- Transversal - - Descritivo - "Inquérito por Questionário"	Alunos da Totalidade das Escolas da RAA (N= 1140 alunos)	- A EF é a disciplina em que os alunos têm "maiores resultados"? - A EF é a disciplina preferida dos alunos? - A EF é uma disciplina que os alunos querem "continuar"? - Quais as "Actividades/ Conteúdos da EF preferidas" pelos alunos?
- Misto - - Comparativo - "Inquérito por Questionário"	Alunos da "Escola A" – RAA (N= 469 alunos) 1º Momento (N= 127 alunos) 2º Momento (6 anos depois) (N= 342 alunos)	- Quais as Actividades/ Conteúdos da EF preferidas pelos alunos?



Questões	% Rapazes	% Raparigas
A EF é a disciplina em que os alunos têm "melhores resultados"?	21,3% (1º lugar - EF)	8,6% (3º lugar - EF)
A EF é a "disciplina preferida" dos alunos?	26,1% (1º lugar - EF)	12,0% (1º lugar - EF)
A EF é uma disciplina que os alunos querem "continuar" ?	9,5% (1º lugar - EF)	4,4% (4º lugar - EF)

	Alunos da Totalidade das Escolas da RAA (N= 1140 alunos)				Escola A - RAA 1º Momento (N= 127 alunos)		Escola A - RAA 2º Momento (N= 342 alunos)		Evolução das preferências dos Rapazes	Evolução das preferências das Raparigas	1º Volei	2º Basquet.	3º Futebol
	Masc. (N= 525)	Preferências Rapazes	Fem. (N= 615)	Preferências Raparigas	Masc. (N= 43)	Fem. (N= 84)	Masc. (N= 142)	Fem. (N= 200)					
Dança	0,2 %	8ª	1,3 %	8ª	0 %	1,2 %	0,7 %	3,3 %	•	•			
Ginástica	1,4 %	6ª	10,3 %	4ª	2,3 %	15,5 %	3,4 %	2,8 %	•	•			
Atletismo	2,5 %	4ª	2 %	7ª	0 %	0 %	0 %	2,4 %	-	•			
Badmington	0,6 %	7ª	2,9 %	6ª	0 %	1,2 %	4,8 %	8,1 %	•	•			
Andebol	2 %	5ª	3,5 %	5ª	0 %	1,2 %	0,7 %	1,9 %	•	•			
Basquetebol	8,2 %	3ª	20,8 %	2ª	2,3 %	15,5 %	4,8 %	8,5 %	•	•			
Voleibol	10,3 %	2ª	34,5 %	1ª	20,9 %	39,3 %	17 %	32,7 %	•	•			
Futebol	61 %	1ª	14,8 %	3ª	53,5 %	9,5 %	42,9 %	16,1 %	•	•			
Outras Áreas de Actividade	13,8 %		9,9 %		21 %	17 %	26 %	24 %	•	•			



Os resultados demonstram que:



Conclusão

1. a EF parece ser a área disciplinar preferida por alunos e alunas das escolas da RAA;
2. as raparigas acusam mais os seus fracos desempenhos nesta área e, por isso, não se motivam tanto em dar continuidade a esta prática;
3. as raparigas estão mais insatisfeitas com a EF do que os rapazes;

Os resultados demonstram que:



Conclusão

4. com a mudança no Programa Nacional os conteúdos escolhidos tendem a aproximar-se mais das motivações das praticantes, que incorrem para uma prática variada em actividades mais lúdicas e divertidas;
5. embora as raparigas estejam a aprender a usar o tempo livre de uma forma fisicamente activa, não o fazem em actividades que requerem uma capacidade atlética e de performance superior, tais como, a Ginástica e Dança.



**“Raparigas”
As mais (in)satisfeitas com a
Disciplina de Educação Física?**



Isabel Condessa
Departamento de Ciências de Educação – U.Açores
condessa@uac.pt

III Congresso
Internacional da
Associação
Portuguesa a
Mulher e o
Desporto, Lisboa
Novembro 2008





Género e a Avaliação em Educação Física - a percepção de discentes

Ana Gomes; Paula Silva.
Faculdade de Desporto, U.P.

Resumo

Na disciplina de Educação Física geralmente as alunas usufruem de menos instrução, ou de menor qualidade e frequentemente não recebem o incentivo e apoio necessários para atingirem níveis de desempenho elevados (Vertinsky, 1992), com inevitáveis repercussões na sua avaliação. Há claras evidências de que as classificações de alunas e alunos na EF são distintas (Couchot-Schiex & Trottin, 2005; Dechef & Cogérino, 2005; Lentillon, 2005), com os rapazes a obterem níveis classificativos superiores aos das suas colegas (Lentillon, 2005; Lentillon & Cogérino, 2005). O presente estudo pretende conhecer as percepções dos/as discentes no que concerne à presença e influência das questões de género na avaliação. A amostra é constituída por 20 discentes, 10 rapazes e 10 raparigas do 11º e 12º anos de escolaridade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, registadas em áudio, integralmente transcritas em formato digital e tratadas através do programa informático de análise de dados qualitativos QSR NVivo, com posterior análise indutiva dos dados. Foi desenvolvido um processo de reflexão acerca dos resultados e uma análise interpretativa. Os resultados revelam que na percepção dos/as alunos/as são os alunos que obtêm classificações superiores na disciplina de EF. 15 discentes consideram que as classificações diferem, sendo os alunos a obter mais sucesso na EF. Destes 15, 5 alunas e 7 alunos assumem esta situação como justa, atendendo os critérios e procedimentos que as determinam. Contudo, manifestam um sentimento de injustiça quanto aos critérios e aos procedimentos adoptados no processo de avaliação. As falas de discentes apontam entendimentos de um ensino que adopta procedimentos de avaliação pouco sensíveis às diferenças de género. As conclusões do estudo revelam que os/as discentes entendem que os alunos obtêm classificações superiores às alunas: factores biológicos, culturais e imputados aos/às docentes são os apontados para justificar as diferenças percebidas. Ser-se rapariga ou rapaz determina que se seja alvo de um tratamento distinto, nomeadamente na avaliação efectuada pelos/as docentes. Mas entre a realidade percebida e a noção de justiça salienta-se o facto de a superioridade nas classificações de alunos face às alunas ser entendida por 60% dos/as discentes como justa (consideração mais evidente nos rapazes), atendendo aos critérios e procedimentos no processo de avaliação adoptados pelos/as docentes. Valores sexistas parecem ser perpetuados na disciplina de EF, o que se revela pela existência de práticas genderizadas, pelo entendimento de justiça nas diferenças entre as classificações de alunas e alunos, e ainda pelos preconceitos de género revelados nos seus discursos. As raparigas apresentam-se menos agradadas com as diferenças entre géneros do que os rapazes, começando a questionar situações de desigualdade tradicionalmente entendidas como normais.

Intervenção em PowerPoint

Género e a Avaliação em Educação Física A Percepção de Discentes

*Gomes, Ana; Silva, Paula
Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Portugal*

INTRODUÇÃO

A avaliação na disciplina de EF singulariza-se pela discrepância considerável nas classificações obtidas por alunos e por alunas (Couchot-Schieh & Trottin, 2005; Dechef & Cogérino, 2005; Lentillon, 2005; Thorel & David, 2006), com os rapazes a obterem níveis classificativos superiores às suas colegas (Lentillon, 2005; Lentillon & Cogérino, 2005).

Geralmente as alunas usufruem de menos instrução, ou de menor qualidade, e não recebem o incentivo e apoio necessários para atingirem níveis de desempenho elevados (Vertinsky, 1992), com inevitáveis repercussões na avaliação.

MATERIAIS E MÉTODOS

- ✦ Foi nosso objectivo conhecer as percepções dos/as discentes no que concerne à presença e influência das questões de género na avaliação.
- ✦ A amostra é constituída por 20 discentes, 10 rapazes e 10 raparigas do 11º e 12º anos de escolaridade.
- ✦ Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. O guião das entrevistas foi elaborado com o objectivo de conhecer as percepções de alunos/as no respeitante (1) a como os/as docentes avaliam alunos e alunas, (2) à existência, ou não, de diferenças nas classificações em EF de alunos e de alunas e, no caso de se verificarem diferenças, (3) aos factores propiciadores para essas diferenças nas classificações.
- ✦ Cada entrevista em registo áudio foi integralmente transcrita em formato digital e tratada no programa informático de análise de dados qualitativos *QSR NVivo* com posterior análise indutiva dos dados. Foi desenvolvido um processo de reflexão acerca dos resultados e uma análise interpretativa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

✦ No discurso de 75% discentes emerge a percepção que a **avaliação difere** em função do género.

✦ Para 80% discentes os **alunos obtêm classificações superiores** na disciplina de EF. A crença de que os rapazes são superiores às raparigas no desporto é comum a ambos géneros (Lock et al., 1999). A definição do sucesso no desporto tendo o modelo masculino como referência para o sucesso, favorece a percepção das raparigas como menos hábeis, menos fortes e menos competitivas (Garrett, 2004).

✦ Aspectos justificativos da percepção de maior sucesso dos rapazes na EF

- 50% de cada sexo aponta aspectos inatos. *Não sei, eu acho que aos rapazes desperta mais o desporto, não sei, as raparigas são mais, (pensa) não sei, é genético (risos). [Aluno 1: parágr.52]*
- Processos de socialização e educação diferenciados, com impactes nas oportunidades e tipos de prática desportiva disponíveis para alunas e para alunos.
- Desvalorização e frequente ocultação social do desporto feminino.

Por exemplo, do desporto que nós vimos, por exemplo, o futebol, é mais praticado por homens. Também há futebol feminino, mas a maior parte vê homens, também depende um bocado da sociedade não é?! Tudo o que envolva força tem a ver com o homem, ou, não sei, não sei porque, mas é assim que está na sociedade! [Aluno 7: parágr.38]

✦ Avaliar e classificar alunos e alunas: processo justo?

- Dos/as 60% de alunos/as que consideram as diferenças nas classificações entre rapazes e raparigas justas, manifesta-se um sentimento de injustiça quanto aos critérios e aos procedimentos adoptados no processo de avaliação.

Visto da forma como os professores avaliam, eu acho que sim [a desigualdade entre as classificações é merecida]. Porque se fazem uma avaliação em conjunto, em que se propõe obter os mesmos resultados pelas mesmas pessoas dos dois sexos, se a rapariga não atinge o patamar que o rapaz atinge, eu acho que sim, as notas, pelo que se faz estão em equilíbrio. Agora se se fizesse como eu disse, avaliação primeiro nas raparigas, depois nos rapazes, eu acho que nesse caso as notas eram mais altas nas raparigas. [Aluno 9: parágr.44-45]

- 30% das alunas entendem como injusta a percebida diferença entre classificações, responsabilizando os/as docentes que (1) influenciados/as por preconceitos de género, tendem a atribuir classificações mais altas aos alunos para estes não serem sujeitos a qualquer tipo de comentário jocoso ou humilhação por parte dos seus pares, e (2) por cederem às opiniões dos alunos e desvalorizarem o trabalho delas, ou por actuarem de forma distinta com os alunos e alunas face a matérias de ensino conotadas como mais masculinas ou femininas.

Porque se é uma aula de dança, eles não vão estar a fazer coisas de rapariga, é uma aula de dança para rapazes e raparigas. Acho que por serem rapazes não devem ser postos de parte nessa modalidade, não digo que se deva obrigar, mas incentivar os alunos a praticarem todos, porque muitas vezes eles dizem "ah, não quero!" e o professor diz: "pronto, está bem.", e deixa passar. E devia, não digo obrigar, mas acho que devia pelo menos incentivar, puxar um bocadinho. E não conta para nada, não conta para avaliar. [Aluna 6: parágr. 87]

CONCLUSÕES

Os/as discentes entendem que os alunos obtêm classificações superiores às alunas: factores biológicos, culturais e imputados aos/às docentes são os apontados para justificar as diferenças percebidas.

60% entende como justa a superioridade nas classificações de alunos face às alunas (consideração mais evidente nos rapazes) .

Os/as discentes questionam a justiça no processo de avaliação pela ausência da ponderação das questões de género.

Valores sexistas parecem ser perpetuados na disciplina de EF, o que se revela pela existência de práticas genderizadas, pelo entendimento de justiça nas diferenças entre as classificações de alunas e alunos, pelos preconceitos de género revelados pelos discursos. As raparigas apresentam-se menos agradadas com as diferenças entre géneros do que os rapazes, começando a questionar situações de desigualdade tradicionalmente entendidas como normais.

Solicitar as referências às autoras
psilva@fcdief.up.pt; oceanang@hotmail.com





Programas de Actividade Física na Terceira Idade. Aplicação de um modelo de gestão da qualidade – focalização no cliente.

Ana Isabel Marques, Doutoranda, Faculdade de Desporto, U.P.; Pedro Soares, Professor, E/S José Estêvão; Joana Carvalho, Faculdade de Desporto, U.P.


Resumo

Partindo da Visão da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto: “um desporto mais justo e sem discriminações, onde recursos e oportunidades sejam distribuídos de forma equitativa” e dos resultados positivos do relatório do European Network for Action on Ageing and Physical Activity (EUNAAPA) - Work Package 5 (National Report - Portugal), no que se refere à participação de mulheres em programas de actividade física para a população idosa, surgiu a preocupação em conhecer se estes programas se desenvolvem alicerçados no conhecimento e compreensão das/os suas/seus utentes. Neste sentido, centralizamos o nosso trabalho nos princípios e conceitos relativos à focalização na/o cliente presentes no Modelo da European Foundation for Quality Management (Modelo da EFQM). A aplicação deste Modelo promove a utilização de uma metodologia de gestão baseada em critérios objectivos, constituindo um exercício de auto-avaliação da organização face à Qualidade. Em Portugal, a Administração Pública é o sector económico que apresenta a maior oferta de bens e serviços, como tal, é o sector que mais atenção deve dedicar às questões da Qualidade. Assim, a aplicação dos princípios inerentes ao Modelo da EFQM aos projectos de promoção da qualidade de vida na terceira idade desenvolvidos pela Administração Pública Local poderá revelar-se uma mais-valia para a melhoria dos serviços prestados e, concomitantemente, para o acesso de mais mulheres idosas a estes programas.

Intervenção em PowerPoint



3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto
Lisboa, 21-22 Novembro 2008



programas de actividade física na
terceira idade: aplicação de modelo
de gestão da qualidade

focalização na/o cliente

Marques, A.I.; Soares, P.; Carvalho, J.

um desporto mais justo e sem discriminações,
onde recursos e oportunidades sejam
distribuídos de forma equitativa

Visão da APMD



U. PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

CIAFEL

EUNAAPA
EUROPEAN NETWORK FOR ACTION ON AGEING AND PHYSICAL ACTIVITY

8 programas de actividade física para a população idosa considerados “programas de sucesso” (Portugal)

European Network for Action on Ageing and Physical Activity - EUNAAPA (2008). Expert Survey on Physical Activity Programmes and Physical Activity Promotion Strategies for Older People. National Report. Portugal. <http://ciafel.fade.up.pt/publicacoes.php>

U. PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

CIAFEL

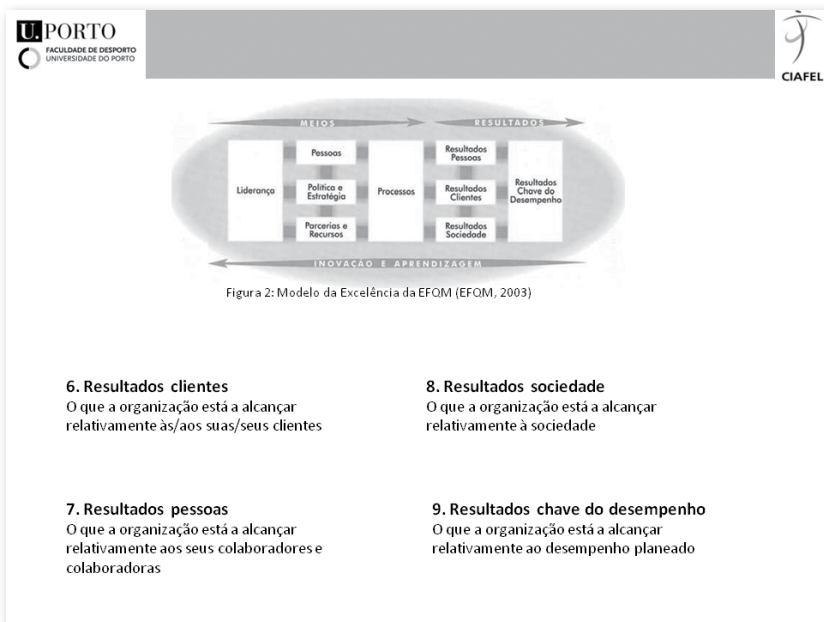
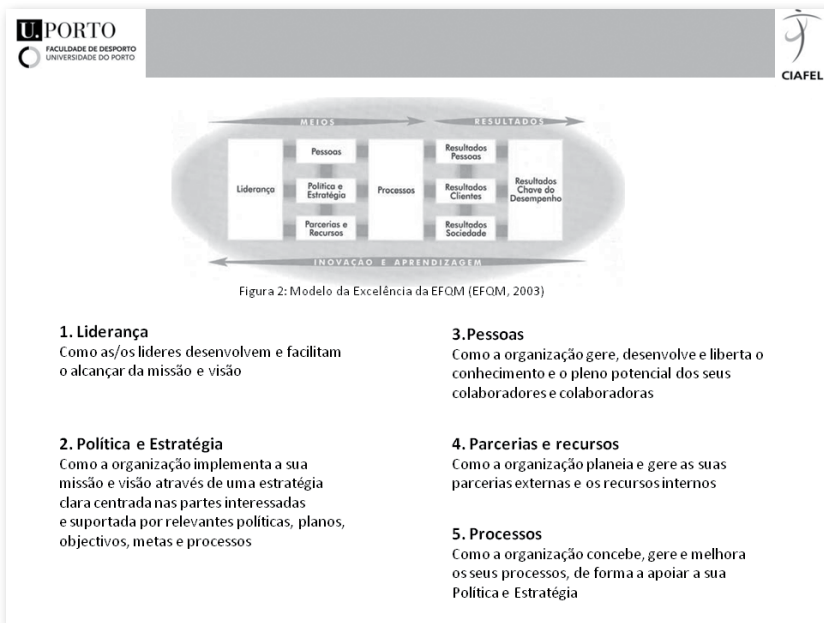
No nosso estudo...

Categoria	Quantidade
Municípios Continente	278
Municípios que responderam	97



Gráfico 1: respostas a inquérito preliminar para estratificação de uma amostra.

Município	Quantidade
Viana do Castelo	5
Braga	6
Vila Real	3
Porto	9
Aveiro	11
Viseu	7
Guarda	3
Coimbra	11
Leiria	5
Castelo Branco	2
Santarém	7
Portalegre	5
Lisboa	8
Setúbal	1
Évora	6
Beja	13
Faro	8

Figura 1: distribuição dos PPQV(AF) em Portugal Continental.





FOCALIZAÇÃO

↓

CLIENTE






Figura 3: Conceitos Fundamentais sobre os quais se alicerça o Modelo da Excelência da EFQM (adaptado de EFQM, 2003: 4)

A/O cliente é quem arbitra a qualidade final do produto e do serviço.

Antecipam de forma eficaz as necessidades e expectativas latentes das/os clientes e agem atempadamente no sentido de ir ao encontro dessas expectativas e, se possível, excedê-las.

A fidelização e a retenção das/os clientes bem como a sua conquista são melhor optimizadas através de uma focalização clara nas necessidades das/os clientes actuais e potenciais.

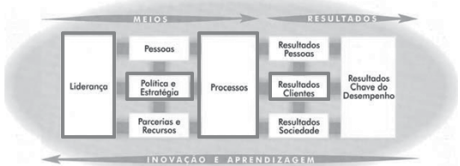


Figura 4: Modelo da Excelência da EFQM (EFQM, 2003)

- 1c. As/os líderes estão envolvidos com clientes, parceiros e representantes da sociedade
- 2a. A Política e a Estratégia são baseadas nas necessidades e expectativas presentes e futuras das partes interessadas da organização
- 5c. Os produtos e serviços são concebidos e desenvolvidos com base nas necessidades e expectativas das/os clientes
- 5e. As relações com as/os clientes são geridas e realçadas
- 6a. Medidas da percepção
- 6b. Indicadores de desempenho

%	n
0	0
25	0
50	0
75	0
100	2
n/s	0
total	8

Quadro 1: (q18) proporção de mulheres a participar no programa (EUNAAFA, 2008).

	q26	q27
Sim	7	7
Não	1	0
n/s	0	0
total	8	7 (1 não aplicável)

Quadro 2: (q26) as/os participantes são formalmente questionados acerca dos objectivos que pretendem e (q27) ajuste do programa aos objectivos das/os participantes (EUNAAFA, 2008).

A aplicação dos princípios inerentes ao Modelo da EFQM aos projectos de promoção da qualidade de vida na terceira idade desenvolvidos pela Administração Pública Local poderá revelar-se uma mais-valia:

- para a melhoria dos serviços prestados
- para o acesso de mais mulheres idosas aos programas



anavalete@netvisao.pt





Treinadoras: Conhecer a situação e reflectir sobre a realidade.

Cristina Matos Almeida, Socióloga.

Resumo

O presente estudo em fase de construção é um dos três eixos do projecto intitulado “Treinadoras - dirigir outros desafios”, promovido pela Associação Portuguesa a Mulher e Desporto (APMD), e que foi recentemente aprovado no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano - Eixo 7, Igualdade de género.

O estudo visa sobretudo dar a conhecer mais aprofundadamente a situação das treinadoras em Portugal, e a partir desse conhecimento perceber as razões dessa realidade e os mecanismos que levam à sua reprodução (tomar consciência).

Com o “conhecer a situação” pretendemos evidenciar as assimetrias entre homens e mulheres que exercem a função de treinador(a), através de uma caracterização detalhada da sua situação (Qual o perfil social? Características da sua actividade?), uma vez que o desocultar desta realidade é o primeiro passo para a compreendermos.

No “reflectir sobre a realidade” pretendemos contribuir para o entendimento das razões dessa realidade mostrando que as desigualdades são socialmente construídas, e que exigem uma abolição dos mecanismos que as reproduzem (É assim porquê? Que mecanismos têm contribuído para a manutenção e reprodução desta realidade?), isto é, implicam o reajustamento de toda a organização social. Importa aqui contribuir para gerar e desenvolver uma consciência individual que possa ser susceptível de provocar o pretender agir das treinadoras no sentido da mudança. A metodologia a adoptar neste estudo será mista envolvendo uma componente quantitativa e outra qualitativa. Na componente quantitativa será utilizada como técnica de recolha de informação o inquérito por questionário on-line, que será dirigido ao universo de partida do estudo - a totalidade das treinadoras recenseadas nas Federações desportivas com utilidade pública desportiva, às quais será solicitada colaboração ao nível do fornecimento de dados (listagem e-mails). O trabalho de campo terá por base as tecnologias de informação - o in.Site (o questionário é colocado no site da APMD, sob a forma de link, e é enviado um e-mail a todos os elementos constituintes do universo, pedindo-lhes que respondam ao questionário através do link que lhes é indicado para acederem. Quando as treinadoras acabam de preencher todas as questões, validam o in.Site e as suas respostas são enviadas imediatamente para uma base de dados).


Como complemento do inquérito será utilizada a técnica de Focus Group que para além de instrumento de recolha de informação visará

igualmente o fazer as treinadoras “repararem” na situação em que se encontram, um tipo de acção que poderemos designar de “Pare, Escute e Olhe!” (investigação-acção).

Preveremos a realização de seis Focus Group - entrevistas a grupos de treinadoras que envolvem uma discussão objetiva conduzida ou moderada, em que é introduzido um tópico e direccionado a discussão sobre o mesmo, de uma maneira não-estruturada e natural. O objeto de análise é a interação dentro do grupo. Os dados fundamentais produzidos por esta técnica são transcritos das discussões dos grupos, acrescidos das anotações e reflexões do moderador (investigador).



Intervenção em PowerPoint



TREINADORAS: Conhecer a situação e Reflectir sobre a realidade (Um esboço...)

Cristina Matos Almeida
Socióloga

3º CONGRESSO INTERNACIONAL MULHERES E DESPORTO | LISBOA, 21 -22 NOVEMBRO'08



Introdução



PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

EIXO PRIORITÁRIO 7 – IGUALDADE DE GÉNERO



Promotor: Associação Portuguesa MULHERES E DESPORTO
Título do projecto: TREINADORAS – DIRIGIR OUTROS DESAFIOS
Duração: 26 meses, Novembro 2008-Dezembro 2010
Região: Lisboa

3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto | Lisboa, 21 -22 Novembro'08



Objectivos

Conhecer a situação das treinadoras

Evidenciar assimetrias entre treinadores - treinadoras

Caracterização detalhada da condição de treinadora:

* Perfil social?

* Trajectória desportiva?

* Características da actividade?

* Contextos enquadradores das condições de existência: trabalho, vida familiar?



COMPREENDER

3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto | Lisboa, 21 -22 Novembro'08



Objectivos

Reflectir sobre a realidade

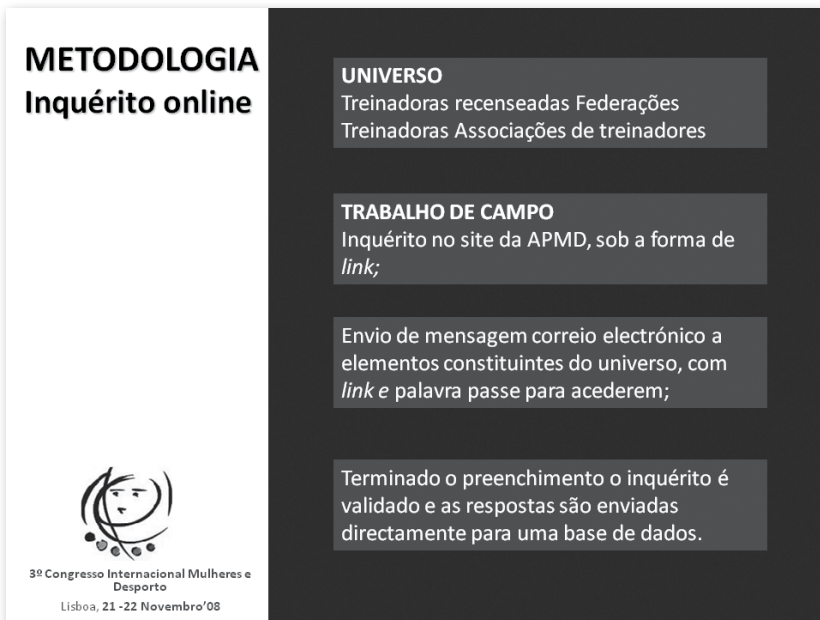
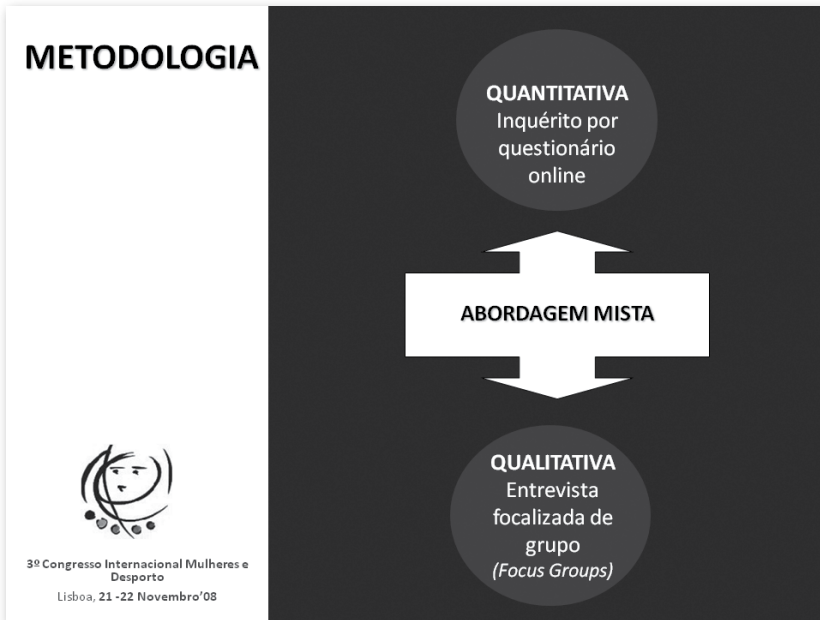
Razões (É assim porquê?)

Mecanismos reprodutores (Que mecanismos têm contribuído para a manutenção e reprodução desta realidade?)



TOMAR CONSCIÊNCIA

3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto | Lisboa, 21 -22 Novembro'08



METODOLOGIA

Inquérito online



Instituto do Desporto de Portugal

INQUÉRITO AO EMPREGO NO DESPORTO EM PORTUGAL

Para qualquer esclarecimento contacte: 21 318 27 4744 ou info@idp-empregonodesporto.com

QUADRO 4 - NÚMERO DE EMPREGADOS E COLABORADORES SEQUINDO A SITUAÇÃO NO TRABALHO

Profissões	Totais quadro 1	Contrato			
		Com termo	San termo	Recibo verde	Trabalhador não remunerado (voluntário)
Quadros Superiores					
✓ Dirigentes da organização	10				10
✓ Directores ou gerentes (gestores) de serviços desportivos	3				
Profissionais Intelectuais					
✓ Profissionais da saúde	3			3	
✓ Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2			2	
Técnicos					
✓ Árbitros e juizes desportivos	30			2	
✓ Treinadores de desporto	6			2	
Pessoal administrativo e similares					
✓ Empregados de escritório	4		4		

Privacidade do utilizador
 Contactos



3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto
Lisboa, 21-22 Novembro'08

METODOLOGIA

Focus Group

6 entrevistas focalizadas a grupos de 8 a 12 treinadoras

Estas entrevistas em grupo envolverão uma discussão objectiva conduzida sobre o objecto em estudo

A discussão será conduzida de uma maneira não-estruturada e natural

O objecto de análise é a interacção dentro de cada grupo

O objectivo é conhecer as atitudes e percepções das treinadoras mas também contribuir para um "Pare, escute e olhe!"






3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto
Lisboa, 21-22 Novembro'08



METODOLOGIA
Focus Group

Baixatal

3º Congresso Internacional Mulheres e Desporto
Lisboa, 21 -22 Novembro'08

By Roberto Moreira



3º Congresso Internacional
Mulheres e Desporto
Lisboa, 21 -22 Novembro'08

Obrigada!

**Questões, Sugestões,
Propostas...**

Cristina Matos Almeida
cristina.almeida@idesporto.pt





A tentação dos enunciados. O desporto nos Planos Nacionais para a Igualdade.

Isabel Cruz, APMD.

Resumo

O Ano Internacional da Mulher (ONU, 1975) colocou na agenda política internacional a necessidade de os Estados assumirem o desenvolvimento de políticas públicas de combate às situações de desigualdade e de discriminação das mulheres.

As políticas públicas costumam ser definidas como toda a acção impulsio-
nada pelo Estado, nos seus vários níveis (central, autonómico e local) e
poderes (executivo, legislativo e judicial). De forma mais lata, as políticas
públicas entendem-se como as acções dos governos que têm impacto na
organização social.

Em Portugal, o processo de institucionalização das políticas públicas de
igualdade foi operacionalizado com a criação dos chamados mecanismos
para a igualdade - a CIG (antes CCF e CIDM) e a CITE.

As políticas públicas de igualdade de género no desporto têm tido o seu
epicentro não na área da governação desportiva mas sob a tutela da área da
igualdade, através dos chamados Planos Nacionais para a Igualdade, sob a
forma de Resolução do Conselho de Ministros.

Este estudo inicial centra-se na análise dos objectivos e medidas para o
desporto descritos nos três Planos Nacionais para a Igualdade (1997, 2003 e
2007). Se os seus enunciados gerais até suscitam simpatia, uma leitura mais
atenta das suas medidas específicas levam-nos a questionar a sua consistên-
cia e a falta de adequação face às metas definidas.

Intervenção

O Ano Internacional da Mulher (ONU, 1975) colocou na agenda política internacional a necessidade de os Estados assumirem o desenvolvimento de políticas públicas de combate às situações de desigualdade e de discriminação sobre as mulheres.

Nesse mesmo ano, em Portugal tinham início os trabalhos da Assembleia Constituinte e algumas reivindicações das mulheres tiveram eco no novo texto constitucional. O 25 de Abril de 1974 representou, para as mulheres portuguesas, um acontecimento histórico marcante pelo reconhecimento de direitos fundamentais e determinou uma radical alteração na sua situação de facto e no plano jurídico, alteração que lhes reconheceu direitos económicos, sociais, políticos, culturais - o direito de participação em igualdade em todas as esferas da vida.

No desporto, o 25 de Abril também constituiu um momento de viragem para as raparigas e mulheres portuguesas que na sua esmagadora maioria se encontravam afastadas de qualquer tipo de participação desportiva.

A década das Nações Unidas para a Mulher que se seguiu à 1ª Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México, constituiu um período fértil em declarações, recomendações e convenções aprovadas em várias instâncias intergovernamentais.

Alguns exemplos: no âmbito do sistema da ONU, a Unesco, aprova, em 1976, a 1ª Menção ao tema Mulheres e Desporto, com a Recomendação 12 - Disposições relativas à participação das raparigas e mulheres na Educação Física e Desporto¹.

Ainda no âmbito da ONU, em 1978, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), que Portugal ratificou em 1981, onde se inclui um artigo sobre a participação de raparigas e mulheres no desporto².

Mais especificamente na área do desporto, e no âmbito do Conselho da Europa, referenciam-se as Recomendações de Dublin (1980) que deram origem à Resolução 81/3³. No âmbito da CEE, a longa Resolução do Parlamento Europeu sobre a Mulher e o Desporto, em 1987⁴.

Foi uma década fértil em produção de documentos, resoluções e reformas legislativas que parecia apontar, em alguns Estados, para a criação de disposições específicas na área da igualdade entre mulheres e homens e também no desporto.

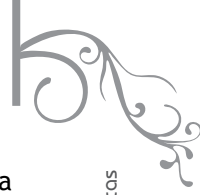
Em Portugal, o processo de institucionalização das políticas públicas de igualdade parece ter sido operacionalizado com a criação de estru-

¹ Aprovada na 1ª Conferência de Ministros e Altos Responsáveis pela Educação Física e pelo Desporto (MINEPS I).

² CEDAW, artigo 10º.

³ Conselho da Europa. Resolução sobre a maior participação das mulheres no desporto (81/3).

⁴ Parlamento Europeu. Resolução sobre a Mulher e o Desporto (doc. A 2-32/87).



turas da administração central do Estado, chamados mecanismos para a igualdade: a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género⁵, que anteriormente teve outras designações e competências, e também a CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego⁶.

Mulheres e Desporto nos Programas dos Governos Constitucionais

Em Portugal, o anúncio de uma medida específica sobre mulheres no desporto só aconteceu em 1979, no programa do V Governo (AD), com este enunciado genérico: «criar condições para o desenvolvimento do desporto feminino» mas que deu base à criação do Grupo de Estudos Mulher e Desportos⁷; passados 3 anos, na vigência do IX Governo (PS), um novo enunciado: «programar e desenvolver as medidas necessárias para que a mulher portuguesa passe a praticar significativamente desporto, estruturando, para o efeito, uma campanha adequada».

No programa do X Governo (PSD), em 1985, outro novo enunciado «Incremento das práticas abrangidas pelo conceito Desporto para Todos e procura de consolidação dos hábitos desportivos da população portuguesa, sem esquecer os grupos sociais desfavorecidos, nomeadamente as mulheres, os deficientes e os mais idosos».

Em 1995, no programa do XIII Governo (PS) pode constatar-se que a única referência está organizada na alínea «Tempos livres» que refere: «Importa ter em conta a reduzida participação desportiva da mulher, pelo que as iniciativas deverão ser preferencialmente vocacionadas para a participação conjunta de todos os elementos do agregado familiar».

Nestes últimos 20 anos, as referências sobre as mulheres no desporto nos programas dos governos situam-se estritamente no âmbito da prática desportiva, sem contudo colocar a “preocupação” no âmbito da igualdade de acesso. De todos, o que nos afigura como mais recuado é sem dúvida o de 1995.

Os Planos Nacionais para a Igualdade

Curiosamente, é na vigência desse mesmo governo que é lançado o primeiro Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997)⁸ e que integrou o desporto nas «Medidas de Carácter Global», definindo uma única medida: «Fomentar a igualdade entre mulheres e homens nas políticas do desporto». Um enunciado tão amplo, sem ter sido acompanhado de qualquer medida concreta, não é de admirar que a sua avaliação tenha sido inconclusiva, até porque

⁵ Comissão da Condição da Feminina (institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 485/77, de 17 de Novembro) e Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de Maio).

⁶ Institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro.

⁷ Ordem de Serviço n.º 25/79, de 4 de Outubro.

⁸ Institucionalizado pela Resolução do Conselho de Ministros 49/1997, de 6 de Março.

de facto nada foi executado. Tão inconclusivas como a avaliação das medidas descritas no II Plano Nacional para a Igualdade⁹ que preconizavam a «Integração da dimensão de género nas políticas e práticas desportivas, promovendo uma maior participação de raparigas e rapazes em todas as actividades».

Numa primeira apreciação estes enunciados até podem suscitar simpatia. Quem não concorda em «fomentar a igualdade...ou integrar perspectiva de género»? Mas uma leitura mais atenta das medidas específicas leva-nos a questionar a sua consistência e a falta de adequação entre enunciados, medidas e metas definidas, face à realidade concreta dos problemas, que nem sequer tiveram direito a qualquer diagnóstico.

É justamente o que se passa com o III Plano Nacional para a Igualdade (PNI)¹⁰.

Passado 1 ano e cinco meses de vigência deste Plano, e 11 meses sobre a data prevista para o início das medidas para o Desporto, importa fazer um breve ponto de situação.

Incluído na área 2 - Domínios Prioritários de Política, a Actividade Física e Desporto enuncia-se no objectivo: Fomentar a não discriminação em função do sexo nas políticas e práticas desportivas¹¹ para o qual são enumeradas 9 medidas. Quem poderá discordar destes enunciados?

Promover a integração da dimensão de género...; Responsabilizar, os agentes desportivos...; Sensibilizar os meios de comunicação social...; Diminuir o gender gap nos prémios desportivos; Combater o assédio e abuso sexual no desporto.

Para quem se envolve no propósito da igualdade estes enunciados até parecem consensuais, até atraentes...

Mas não nos prendamos apenas na terminologia dos enunciados. Focalizemos a nossa atenção nos indicadores de processo e de resultado¹² que servirão de base à avaliação do Plano. Independentemente da relação que estas medidas possam ter com a realidade desportiva concreta e ao contrário dos anteriores, este III PNI terá uma avaliação, intermédia e final, bastante positiva. Mas tal sucesso apenas acontece porque 5 dos indicadores de resultado já existem, isto é, existem antes da entrada em vigor deste Plano. Refiro-me aos indicadores de resultado que têm na base as estatísticas do desporto, que como sabem, são apresentadas anualmente pelas Federações desde há décadas.

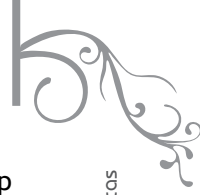
São enumerados outros 5 indicadores de resultado que se afiguram incompreensíveis. Refiro-me, por exemplo, no caso da medida «sensibilizar os meios de comunicação social» a uma contabilização anual «do número de programas realizados» ... Programas de quê? De televisão, de rádio? Programas específicos? Dos minutos de reportagens ou de notícias?

⁹ Institucionalizado pela Resolução do Conselho de Ministros 184/2003, de 25 de Novembro.

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de Junho de 2007

¹¹ Idem

¹² Idem.



E que dizer dos indicadores de resultado da medida sobre o gender gap nos prémios desportivos? Foi estabelecido que os órgãos da administração pública, central ou local, estariam impedidos de apoiar financeiramente eventos ou provas onde o valor dos prémios monetários das atletas fosse inferior ao atribuído para os atletas masculinos? Os responsáveis governativos estiveram ausentes, por exemplo, do Open do Estoril? Pois não. Mas enuncia-se um confuso e incompreensível indicador de processo que passa pela criação de «instrumentos de identificação dos elementos estruturantes do gender gap e elaborar propostas para a sua alteração». O mesmo se passa com a medida que se dirige aos patrocinadores privados - que poderes e que estruturas existem para a fiscalização?

No programa deste XVII Governo não foi anunciada nenhuma medida de igualdade na área do desporto. Publicamente tem sido muito valorizada a inclusão do princípio da universalidade no enunciado da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto¹³, facto que não é mais do que a transposição do art.º 13º da Constituição da República Portuguesa (CRP)¹⁴. Valoriza-se, ainda, o enunciado que atribui à actividade física e ao desporto a capacidade mágica de, por si só, «contribuir para a promoção equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres» sem se imputar a um ente mais concreto as necessárias responsabilidades para a sua concretização.

Na realização do III PNI são envolvidas 3 estruturas da governação: a própria Presidência do Conselho de Ministros, que tutela não apenas o Secretário de Estado para a Igualdade mas também o Secretário de Estado para a Juventude e para o Desporto; e duas estruturas da administração central do Estado - A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Instituto do Desporto de Portugal. Esta tarde poderemos ter a confirmação de que o vice-presidente do IDP está ciente (ou conhece) as medidas a que o IDP está obrigado por esta Resolução do Conselho de Ministros.

O calendário fixado para execução das medidas para o desporto deveria ter tido o seu início em Janeiro de 2008 mas a primeira reunião de trabalho só foi agendada, 11 meses depois, no início do mês de Novembro.

Políticas Públicas de Igualdade

Apesar das alterações legislativas, apesar da incorporação da eliminação da desigualdade e do combate à discriminação contra as mulheres como tema da agenda política, o facto é que elas persis-

¹³ Artigo 2.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro.

¹⁴ Artigo 13.º da CRP, relativo ao Princípio da Igualdade, tem inscrito nos nº 1 - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2 - Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

tem e em alguns casos se agravam.

São avançadas algumas razões para esta inoperância política, para justificar este «gap» - esta separação entre a igualdade na lei e a igualdade na vida.

Justifica-se o fracasso das chamadas políticas de igualdade devido a «razões culturais», às «mentalidades», aos «estereótipos» ...Se é certo que constituem factores importantes, mais certo é que pouco se avalia o efeito das várias medidas políticas anunciadas e nada se diz acerca dos impactos das opções políticas gerais.

As políticas públicas costumam ser definidas como toda a acção impulsionada pelo Estado, nos seus vários níveis (central, regional e local) e poderes (executivo, legislativo e judicial). De forma mais lata, as políticas públicas entendem-se como as acções dos governos que têm impacto na organização social.

As políticas públicas de igualdade de gênero devem ser constituídas por 2 elementos centrais: em primeiro lugar, medidas concretas que constituem a matéria visível: recursos financeiros, intelectuais, reguladores e materiais; em segundo lugar, produtos normativos, financeiros e físicos. Por exemplo, o III PNI, tanto quanto se conhece, não está acompanhado de nenhuma dotação orçamental, nem de qualquer outro recurso específico.

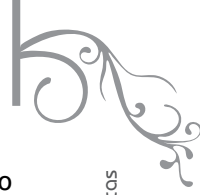
Para serem autênticas, as políticas públicas de igualdade de gênero teriam que reunir um conjunto muito numeroso e variado de agentes pertencentes a múltiplas organizações públicas e privadas, cuja intervenção se concretiza em diferentes níveis. Um conjunto de medidas bem enunciadas não faz um Plano, porque não se trata de uma colectânea de decisões.

Todas as políticas públicas afectam as mulheres porque elas representam metade da população. Mas como as mulheres não constituem um grupo homogêneo ou específico o impacto dessas políticas afectam-nas de forma muito diferenciada.

As orientações políticas para o desporto têm vindo a estar cada vez mais centralizadas no futebol profissional, no espectáculo desportivo e numa governamentalização inaceitável das organizações desportivas. Sobretudo, são orientações que se traduzem num imenso alheamento das necessidades da maioria das pessoas e das suas possibilidades de acesso à prática desportiva. São orientações que penalizam, de forma particular, as raparigas e mulheres que, apesar da visibilidade e dos sucessos das nossas melhores atletas, têm vindo a ser afectadas pela persistência de situações de desigualdade e múltiplas discriminações.

Um último parágrafo sobre a investigação e produção académicas.

No geral, a produção académica na área Mulheres e Desporto tem centrado as suas análises na persistência de uma cultura «masculina» do desporto, de uma contingente organização patriarcal limitadora da participação das mulheres, na análise crítica sobre as organizações e institucionalização do desporto. São aborda-



gens importantes mas, infelizmente, está por fazer a análise do impacto das políticas na vida concreta das mulheres, das desportistas, nomeadamente, sobre a forma como condicionam a sua participação, seja na prática desportiva, seja num sentido mais lato de participação - a assunção de funções nos executivos das organizações desportivas ou em funções de enquadramento técnico.

É utópico e enganador pensar o desporto, ou a participação desportiva das mulheres, como algo confinado num campo social limitado, separado da vida social em geral. Sobre este aspecto, dou um exemplo recente que se relaciona com as alterações ao enquadramento legislativo laboral, nomeadamente na possibilidade de alargamento dos horários de trabalho de 8 para 12 horas por dia, ou de 40 para 60 horas por semana. Esta completa desregulamentação dos horários de trabalho irá certamente provocar uma diminuição significativa da participação desportiva de todos e principalmente na já reduzida participação das mulheres.

Intervenção em PowerPoint

A tentação dos enunciados

O desporto nos Planos Nacionais para a Igualdade

Isabel Cruz

3 Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008



25 de Abril de 1974

- supressão de todas as restrições da capacidade eleitoral baseadas no sexo
- direito à Segurança Social para a grande maioria das mulheres

— * * * * *


2 Junho 1975 - Assembleia Constituinte

2 Abril 1976 - Constituição da República Portuguesa

Artigo 13.º - Princípio da Igualdade
 Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito... em razão de ascendência, sexo, ...

Artigo 79.º - Cultura Física e Desporto
 O Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.

3 Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008





Ano Internacional da Mulher (1975) – 1ª Conferência Mundial (México)

Década das Nações Unidas para a Mulher (1976 – 1985)

ONU

1976 • UNESCO MINEPS I Recomendação 12

1979 / 1981 • Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)
Desporto e Educação Física - artigo 10º

Conselho da Europa

1980 • Recomendações de Dublin

1981 • Conselho da Europa Resolução 81/3

CEE


1987 • Resolução do Parlamento Europeu

3 Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008  **3**

MULHERES E DESPORTO

Programas dos Governos Constitucionais

- **V Governo (AD, 1979-80)**
...criar condições para o desenvolvimento do desporto feminino.
- **IX Governo (PS, 1983-85)**
...desenvolver as medidas para que a mulher portuguesa passe a praticar...
- **X Governo (PSD, 1985-87)**
... "desporto para todos" ... as mulheres, os deficientes...
- **XIII Governo (PS, 1995-99)**
...participação desportiva da mulher... com o agregado familiar.

3 Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008  **4**

MULHERES E DESPORTO

Planos Nacionais para a Igualdade (PNI)

- **I PNI (1997)**
Fomentar a igualdade entre mulheres e homens nas políticas do desporto
- **II PNI (2003)**
Integração da dimensão de género nas políticas e práticas desportivas
- **III PNI (2007)**

3

Congresso
Internacional
Mulheres e Desporto
Lisboa | 21 - 22 Novembro 2009

5

III Plano Nacional para a Igualdade 2007-2010

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2007

Área 2 - Domínios Prioritários da Política / 7 - Actividade Física e Desporto

Objectivo: Fomentar a não discriminação em função do sexo nas políticas e práticas desportivas

- Promover a integração da dimensão de género nas políticas e práticas desportivas ...
- Responsabilizar, através dos contratos-programa, os agentes desportivos...
- Sensibilizar os meios de comunicação social para a divulgação...
- Diminuir o *gender gap* nos prémios desportivos...
- Acompanhar a elaboração da Carta Desportiva Nacional.
- Incentivar a criação e adopção de cartas municipais do desporto ...
- Sensibilizar os patrocinadores e agentes desportivos para a sua responsabilidade...
- Promover uma participação equitativa em todos os órgãos de decisão ...
- Combater o assédio e abuso sexual no desporto.

3


Congresso
Internacional
Mulheres e Desporto
Lisboa | 21 - 22 Novembro 2009


6



III PNI


Medidas para o desporto	Indicadores de resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração da dimensão de género nas políticas... 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o grau de participação de homens e mulheres... ✓ • Verificar anualmente o aumento da participação de raparigas e mulheres ... ✓
<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilizar através dos contratos-programa ... as federações... 	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilizar anualmente o aumento da participação... ✓



 Congresso Internacional Mulheres e Desporto
 Lisboa | 21 - 22 Novembro 2008



III PNI

Medidas para o desporto	Indicadores de resultados
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Sensibilizar os meios comunicação social</u> ... 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Contabilizar</u> anualmente nº de programas ... ????
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Diminuir o gender gap</u> nos prémios ... 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar instrumentos de identificação dos elementos estruturantes do <i>gender gap</i> e elaborar propostas para a sua alteração... ???? • Avaliar o grau de execução das propostas ????


 Congresso Internacional Mulheres e Desporto
 Lisboa | 21 - 22 Novembro 2008



III PNI

Medidas para o desporto

- Acompanhar a elaboração da Carta Desportiva Nacional ... Identificando a participação em função do sexo
- Incentivar a criação e adopção de cartas municipais do desporto ...

Indicadores de resultados

- Divulgar anualmente os indicadores e estatísticas nacionais ✓
- Publicar anualmente os dados desagregados por sexo ????

3

Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008

9

III PNI

Medidas para o desporto

- Sensibilizar patrocinadores e outros agentes ...
- Promover participação equitativa ...órgãos de decisão ...
- Combater o assédio e abuso sexual ...

Indicadores de resultados

- Contabilizar anualmente nº de acções de sensibilização ...
- Contabilizar o nº de acções de fiscalização efectuadas ... ????
- Contabilizar o nº de representantes desagregados por sexo ✓
- Contabilizar anualmente o nº de acções de sensibilização...

3

Congresso Internacional Mulheres e Desporto LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008

10



III PNI

Entidades envolvidas e n.º medidas

PCM (9) - **IDP (9)** - CIG (2) - GMCS (1)

Calendário: Início em 2008 e durante toda a vigência do Plano

GRUPOS DE TRABALHO - IMPLEMENTAÇÃO DOS III PNI

GRUPO	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DINAMIZADORA	REUNIÕES REALIZADAS	REUNIÕES A REALIZAR
Nº 2 - Educação, Desporto e Cultura	FOT, IDP, PU, ME, MCTES/FOT, ME	Dina Catarina	-----	5 Nov.2008

3

Congresso
Internacional
Mulheres e Desporto
Lisboa | 21 - 22 Novembro 2008

12

Políticas públicas de igualdade

Elementos centrais

- medidas concretas
recursos financeiros,
humanos, materiais...
- produtos normativos...
integração...
- não podem ser só
uma compilação de
decisões
- mulheres não são um
grupo homogéneo ...
impactos diferenciados

Avaliação: os impactos das políticas

3

Congresso
Internacional
Mulheres e Desporto
Lisboa | 21 - 22 Novembro 2008

A tentação dos enunciados

- **Enunciados: frases consensuais**
- **Avaliação: uma década desperdiçada**
- **Previsão: decréscimo da participação**

3

Congresso
Internacional
Mulheres e Desporto
LISBOA | 21 - 22 Novembro 2008

13



Asociación de Mulleres Deportistas Galegas (MUDEGA)

*Pilar Neira Martínez
Presidente Mudega*

Intervención em PowerPoint

MUDEGA

Mulleres Deportistas Galegas

xuntas facemos equipo!!

MUDEGA

INDICE

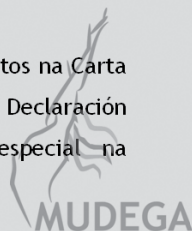
- Quen somos
- O porqué de MUDEGA
- Que queremos
- Que faremos
- MUDEGA na rede
- Faite socia

MUDEGA

Quen somos

MUDEGA é unha asociación sen ánimo de lucro que ten como fin promover a igualdade e a participación das mulleres no deporte a todos os niveis.

A asociación inspírase nos principios inscritos na Carta das Nacións Unidas e consagrados na Declaración Universal dos Dereitos Humanos, en especial na declaración de Brighton de 1994.



Quen somos

O 24 de marzo de 2008 a asociación Mulleres Deportistas Galegas (MUDEGA) xestouse en Santiago de Compostela.

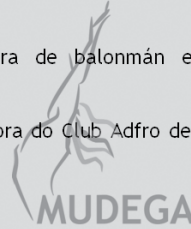




Quen somos

Xunta directiva:

- PRESIDENTA: Pilar Neira, *seleccionadora galega de fútbol*
- VICEPRESIDENTA: Mercé Barrientos, *presidenta da Federación Galega de Taekwondo*
- TESOUREIRA: Rosa Mosquera, *ex xogadora de balonmán e directiva do Club Balonmano Coruña*
- VOGAL: Teresa Cano, *presidenta e adestradora do Club Adfro de Baloncesto*
- VOGAL: Iria González-Dopeso, *ex piragüista*
- VOGAL: Lis Franco, *xornalista deportiva e ex-futbolista*



O porqué de MUDEGA

Porque pese a que a presenza da muller no mundo do deporte medra e cobra valor diariamente, seguen a existir demasiados casos de discriminación que as veces nos fan sentir coma un convidado incómodo ou de pedra no deporte.

Casos máis habituais :

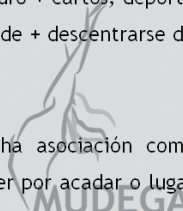
- diferenzas económicas nos premios entre a categoría feminina e masculina.
- piores horarios e canchas tanto para adestramentos como partidos.
- invisibilidade por parte dos medios de comunicación



O porqué de MUDEGA

- Falta de referentes propios dentro do deporte feminino. “As nenas non queren ser Iker Casillas”.
- A concepción familiar que se ten respecto á nena que fai deporte (deporte masculino = recoñemento social + futuro + cartos; deporte feminino= afección momentánea + masculinidade + descentrarse do importante).

Por todo isto cremos que a existencia dunha asociación como MUDEGA pode servir de apoio na loita da muller por acadar o lugar que se merece no mundo do deporte.



Que queremos

Un deporte máis xusto e sen discriminacións, onde recursos, oportunidades e recoñecementos sexan distribuídos de forma equitativa.

Igualdade

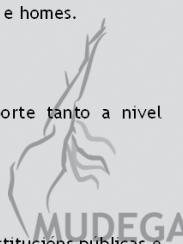
Promover a igualdade de oportunidades entre mulleres e homes.

Participación

Activar a presenza das mulleres no ámbito do deporte tanto a nivel práctico como formativo.

Asesoramento

Asesorar e colaborar coas persoas individuais e coas institucións públicas e privadas no referente ao deporte feminino e o seu desenvolvemento.





Que faremos

A nosa actuación estará inspirada nos principios de igualdade consagrados na Constitución Española e demais textos legais nacionais ou internacionais ao respecto.

- Dar visibilidade a todos os actos de discriminación sexista no ámbito do deporte.
- Actividades de asesoramento e información a todas as mulleres deportistas galegas. Asesoramento xurídico, médico, psicolóxico...
- Actividades dirixidas a promover a igualdade de oportunidades; actividades formativas, educativas, campañas de sensibilización...

MUDEGA

MUDEGA na rede

Dada a importancia de Internet como medio de difusión e comunicación, consideramos imprescindible a nosa presenza na rede e por isto dispoñemos xa dos dominios *mudega.es*, *.com*, *.org* e *.eu*.

Iremos medrando e proporcionando máis servizos como noticias, actividades e eventos, buzón de denuncia, foros, etc... algúns dos cales estarán restrinxidos a socias.

MUDEGA



Buscar...

MUDEGA - Mulleres Deportistas Galegas

MUDEGA \\ Acerca de nós \\ Estatutos

PRINCIPAL

- Inicio
- Acerca de nós
 - Estatutos
 - Historia
 - Contacto
 - Novas
 - Enlaces

REXISTRO

Nome de usuario

Contraseña

Lembrarme

- Esqueceu o contraseña?
- Esqueceu o nome de usuario?
- Crear unha conta

Estatutos
Escrito por Administrador

ESTATUTOS DA ASOCIACIÓN DE MULLERES DEPORTISTAS GALEGAS

CAPITULO I

DISPOSICIÓN XERAIS

Artigo 1º- Denominación e natureza

Coa denominación "Mulleres Deportistas Galegas" (MUDEGA) constitúese o día 24 de marzo de 2008, na localidade de Santiago de Compostela, provincia de A Coruña, unha entidade de natureza asociativa e sen ánimo de lucro, ao amparo do disposto no artigo 22 da Constitución Española, da Lei Orgánica 1/2002, do 22 de marzo, reguladora do Dereito de Asociación e das demais disposicións vixentes ditadas no desenvolvemento e aplicación daquelas, así como das disposicións normativas concordantes. O réxime da asociación será establecido nos presentes Estatutos.

Artigo 2º. - Personalidade e capacidade

- A asociación constituída ten personalidade xurídica propia e plena capacidade de obrar, de xeito que lle permita levar a cabo tódolos actos necesarios para o cumprimento da finalidade para a que foi creada, de acordo co establecido no ordenamento xurídico.
- Poderá federarse con outras entidades cos mesmos fins e obxectivos, ou adherirse a unha federación da mesma natureza, xa constituída.

Faite Socia

Xuntas facemos equipo!!

Pode ser socia de MUDEGA toda muller maior de 14 anos e que teña algún grado de vinculación co deporte: (xogadoras, ex xogadoras, directivas, adestradoras...)

Cuota anual: 20 euros

Para contactar con nós

Email: info@mudefa.es

Tfno: 691 483358



Baixo o lema "Xuntas facemos equipo" nace MUDEGA, con ánimo de continuidade e de éxito.



Apoio:



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros